



Perceção dos residentes sobre impactos e políticas turísticas: o caso do ecossistema lagunar da Lagoa de Óbidos

Rafaela Duque Elias

Setembro 2015



Perceção dos residentes sobre impactos e políticas turísticas: o caso do ecossistema lagunar da Lagoa de Óbidos

Rafaela Duque Elias

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Turismo e Ambiente

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Doutor João Paulo C. S. Jorge

2015

COPYRIGHT

Autorizo os direitos de copyright da presente tese de mestrado, denominada “Perceção dos residentes sobre impactos e políticas turísticas: o caso do ecossistema lagunar da Lagoa de Óbidos”.

A Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e o Instituto Politécnico de Leiria têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação de mestrado através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

AGRADECIMENTOS

Confesso que este não foi um percurso de todo fácil, conciliar variados aspetos da minha vida pessoal e profissional com toda a recolha de informação e realização do trabalho per si, mas felizmente contei com o apoio e incentivo das pessoas mais importantes para mim!

Aos meus pais e ao Diego, que nunca me deixaram desistir e estiveram sempre do meu lado, o meu grande obrigado! Obrigado pela compreensão, pela paciência, pela dedicação, pela presença nas horas mais difíceis e sobretudo pelos sorrisos!

Gostaria também de agradecer aos inquiridos que deram o seu contributo no estudo e me permitiram reunir os dados e informação relevantes para o mesmo.

Ao meu orientador, o Doutor João Paulo Jorge, um muito obrigado pela ajuda, paciência e ajuda ao longo de todo o processo, mesmo quando este foi mais difícil.

A todos o meu obrigado, de outra forma teria sido impossível.

A lagoa é um mundo. Um mundo de gente, de varas e ancinhos, de barcos e galrichos, de boias, cabazes e redes e fisgotes. É também um mundo de marisco e peixe e conchas e areia e lodo e caniços. (...)

Andámos por aí com os pescadores. E com eles, nos seus gestos e expressões celebrámos a Lagoa. No final, um olhar em volta. E a sensação profunda de que a Lagoa, que também é esta gente, sofre com tudo o que se passa em sua volta.

A Lagoa vive. Mas há nuvens negras, vindas de terra, que a ameaçam e a todos aqueles que dela vivem.

Para além das dunas e da Rocha do Gronho ficou o mar de vagas cavadas, sempre agitado e inquieto.

Mas é aí, passada a aberta, que a Lagoa se liberta e respira.

José de Deus

RESUMO

A Lagoa de Óbidos é um sistema lagunar costeiro localizado na Costa Ocidental Portuguesa, mais precisamente entre os concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos, distrito de Leiria. A sua ligação ao mar é realizada através de um canal estreito e móvel, denominado “Aberta”, que tem sofrido ao longo dos últimos 10 anos (tal como as restantes lagoas Europeias) diversos impactos ambientais, dos quais se destacam a eutrofização, a poluição e o assoreamento (Santos *et al*, *sem data*).

A região no qual está inserida apresentava outrora uma economia baseada na coleta de limo, produção de sal, caça e pesca. Apesar de nos dias de hoje, a Lagoa ser ainda fonte de alimento para muitas famílias de pescadores, apresenta uma economia baseada na agricultura, tendo como atividades complementares a agropecuária, os serviços e o turismo, cujo mercado tem vindo a aumentar exponencialmente com a construção de infraestruturas turísticas.

O objetivo geral da pesquisa foi averiguar a perceção e sensibilidade dos residentes face aos impactos positivos e negativos da atividade turística, mas também de políticas turísticas a implementar na Lagoa de Óbidos. A entrevista pessoal foi o método escolhido para recolha de dados e foi realizada pela própria investigadora aos residentes dos municípios de Caldas da Rainha e Óbidos.

Os resultados demonstraram que os indivíduos com maior nível de formação académico, em especial secundário e superior, revelaram maior consciência sobre a temática abordada, assim como nas medidas a implementar ao nível da preservação e conservação do local. Pelo que o presente estudo visa demonstrar a importância de educar e formar os indivíduos sobre as temáticas ambientais e sustentáveis, assim como dos vários impactos do turismo num destino (vantagens e desvantagens), em particular na Lagoa de Óbidos, uma vez que se trata de um sistema lagunar costeiro de elevado valor biológico.

Constatou-se ainda, que os inquiridos reconhecem a importância da Lagoa de Óbidos em termos atrativos e enquanto recurso natural, sendo necessário melhorar as suas condições ambientais, assim como da sua envolvente (no que refere às infraestruturas de apoio, balneários, acessos, etc.).

Palavras-chave: Lagoa de Óbidos. Turismo. Ambiente. Impactos, Políticas, Perceções, Residentes.

ABSTRACT

The Óbidos Lagoon is a coastal lagoon system located in the Portuguese West Coast, between the municipalities of Caldas da Rainha and Óbidos, Leiria district. Its connection to the sea is done through a narrow and mobile channel, called "Aberta", which has suffered over the past 10 years (like the other European lagoons) several environmental impacts, such as eutrophication, pollution and siltation (Santos *et al*, undated).

The region where it is inserted once had an economy based on collecting silt, salt, hunting and fishing. Nowadays, the Lagoon still be a food source for many fishing families, however has an economy based on agriculture, with some complementary activities such as agriculture, services and tourism, whose market has been growing rapidly, with the construction of tourist infrastructures.

The principal objective of the research was to determine the perception and sensibility of residents against the positive and negative impacts of tourism on Óbidos Lagoon, but also know their opinions about tourism policies to be implemented there. A personal interview was the chosen method for data collection and was performed by the researcher to the residents of the municipalities of Caldas da Rainha and Óbidos.

The results showed that individuals with higher academic levels of academic, especially with the secondary and higher school, revealed a greater awareness of the issue addressed, as well as the measures to be implemented for the preservation and conservation of the place. This study aims to demonstrate the importance of informing and educating the individuals about the environmental and sustainability issues, as well as the various impacts of tourism in a destination (advantages and disadvantages), particularly in the Óbidos Lagoon, because it is a coastal lagoon system with high biological value.

It was also verified that respondents recognize the importance of the Óbidos Lagoon while attractive and natural resource, and it is necessary to improve their environmental conditions, as well as its surrounding area (supporting infrastructure, changing rooms, accesses, etc.).

Keywords: Óbidos Lagoon. Tourism. Environment. Impacts, Policies, Perceptions, Residents.

Índice

RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS	xvi
I. Introdução	1
II. Revisão da Literatura	5
2.1 Sustentabilidade do turismo	6
2.1.1 Conceitos e História	7
2.1.2 Os impactos da atividade turística	12
2.2 Sistemas lagunares costeiros	16
2.3 Turismo e perceções dos residentes	21
III. Metodologia e Análise de Resultados	29
3.1 Área de estudo	30
3.1.1 Concelho de Caldas da Rainha	35
3.1.2 Concelho de Óbidos	36
3.2 Instrumentos de recolha de dados	39
3.3 Amostragem e método da aplicação dos instrumentos	39
3.4 Análise dos Resultados	40
3.4.1 Perfil sociodemográfico da amostra	41
3.4.2 Análise das perceções dos residentes	42
3.4.3 Análise de clusters	56
IV. Conclusões	65
V. Bibliografia	69

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1 Localização da Lagoa de Óbidos.....	34
Figura 3.2 Perceções dos residentes sobre os impactos económicos do turismo.....	43
Figura 3.3 Perceções dos residentes sobre os impactos socioculturais do turismo (I).....	45
Figura 3.4 Perceções dos residentes sobre os impactos socioculturais do turismo (II).....	47
Figura 3.5 Perceções dos residentes sobre os impactos ambientais do turismo	51
Figura 3.6 Políticas de desenvolvimento do turismo (I).....	53
Figura 3.7 Políticas de desenvolvimento do turismo (II).....	54
Figura 3.8 Perceções dos residentes: comparação entre clusters (média)	59

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 Impactos positivos e negativos do turismo.....	12
Tabela 2.2 Tipologias das perceções dos residentes de acordo com as suas perceções sobre os impactos do turismo.....	26
Tabela 3.1 Perfil Sociodemográfico da amostra	41
Tabela 3.2 Caraterização dos clusters obtidos	57
Tabela 3.3 Diferenças entre perceções: Impactos Económicos.....	60
Tabela 3.4 Diferenças entre perceções: Impactos Socioculturais.....	61
Tabela 3.5 Diferenças entre perceções: Impactos Ambientais	61
Tabela 3.6 Diferenças entre perceções: Políticas de Desenvolvimento.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS

ARH TEJO: Administração da Região Hidrográfica do Tejo

EPCN: Rede Europeia de Conservação de Lagoas

OMT: Organização Mundial de Turismo

PDMCR: Plano Diretor Municipal de Caldas da Rainha

PROT-OVT: Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

WTO: World Tourism Organization

I. Introdução

O tema desta pesquisa tem que ver com os impactos turísticos positivos e negativos na Lagoa de Óbidos e de que forma a comunidade residente os identifica e compreende.

Caraterizado como a atividade que melhor reflete as mudanças na sociedade, o turismo tem sofrido ao longo dos anos grandes mudanças especialmente ao nível do comportamento dos consumidores/ turistas que estão cada vez mais informados e exigentes. Fatores como o progresso científico, técnico e social, o desenvolvimento económico, as Tecnologias de Informação e Comunicação e a globalização contribuíram fortemente para a evolução do setor e consequentes mudanças de comportamento dos indivíduos (Cunha, 2003).

Se outrora a atividade turística era na sua maioria realizada pelas “massas”, cujos indivíduos procuravam o produto “sol e mar” e preferiam os destinos em voga e as viagens organizadas. Com a revolução industrial observaram-se as primeiras mudanças, uma vez que os transportes (em especial o comboio) evoluíram, aumentou o período de lazer, surgiram as férias pagas e os primeiros operadores turísticos.

Nos últimos anos, os consumidores têm demonstrado maior preocupação com o meio ambiente, a sustentabilidade e os outros povos, com o intuito de preservar e manter os recursos existentes para que as gerações futuras também possam usufruir deles. Se antigamente o ambiente era descurado enquanto recurso natural e condição necessária para a atividade turística, o mesmo não se verifica nos dias de hoje, em que os indivíduos o valorizam mais, bem como à sua envolvente.

Surgem então novos tipos de turismo (ecoturismo, agroturismo, turismo de natureza etc.) relacionados com o conceito de sustentabilidade, cujas dimensões económica, social e ambiental fazem parte da sua estrutura base, que visa preservar e conservar os recursos existentes, envolver a comunidade, minimizar os impactos negativos e potenciar os positivos. Sabe-se que estas “novas” formas de turismo detêm caraterísticas específicas: dependentes do ambiente, realizadas em pequena escala por indivíduos especializados e informados, procuram o contacto direto com a população local e perceber de que forma esta vive. Na generalidade, o turismo deve preservar e respeitar a autenticidade cultural e social dos povos,

gerar benefícios económicos para a comunidade residente e manter e conservar os recursos naturais existentes.

Para harmonizar a relação entre residentes e turistas (que muitas vezes se reflete em mudanças de comportamentos de ambos), é importante desenvolver a atividade turística em consonância com a sociedade local, de modo a que as ações a realizar sejam socialmente justas, economicamente viáveis e rentáveis e ambientalmente corretas.

Sendo considerado uma ferramenta de desenvolvimento económico para a sociedade, o turismo, deve contribuir para aumentar a riqueza dos destinos turísticos e respetivas comunidades residentes, potenciando assim os impactos positivos da atividade. No entanto, quando não é devidamente gerido e planeado, pode ter consequências negativas para o destino, pelo que é necessário avaliar o potencial do local e analisar as suas características: limite de capacidade de carga, recursos naturais e culturais e, produtos/ serviços a desenvolver que visem satisfazer primeiramente as necessidades da comunidade residente.

No que refere aos sistemas lagunares costeiros, sabe-se que ainda existe pouca informação sobre a sua biodiversidade e espécies existentes, assim como, também carecem de proteção legislativa.

A Lagoa de Óbidos, localizada nos municípios de Caldas da Rainha e Óbidos (Leiria – Portugal), enquanto sistema lagunar costeiro detém elevado valor devido às suas características produtivas, nomeadamente ao nível da biodiversidade de ecossistemas e espécies faunísticas e florísticas, mas também de avifauna (onde podem ser observados movimentos migratórios de várias aves).

O contacto da lagoa com o mar é realizado através de um canal não fixo e de dimensões variáveis, denominado “Aberta”, que face à quantidade de sedimentos transportados do mar para a lagoa - que muitas vezes já não saem da mesma-, sofre de uma tendência natural para o assoreamento. Embora hajam outras ameaças que contribuem para a sua degradação, nomeadamente a atividade humana: recolha de organismos, agricultura intensiva, poluição, mudanças climáticas entre outras.

Face à importância da lagoa em termos naturais, culturais e enquanto atrativo turístico, deve ser preservada e conservada, para garantir a melhoria do ambiente aquático e a proteção e gestão das suas áreas envolventes, através de ações ambientalmente sustentáveis.

Deste modo, surgem as seguintes **questões de partida**: a atividade turística que ocorre na Lagoa de Óbidos é realizada de forma responsável, contribuindo para preservar e conservar a mesma? De que forma a população residente observa os impactos positivos e negativos dessa atividade?

O objetivo geral da pesquisa foi avaliar a percepção dos residentes sobre os impactos e políticas turísticas a implementar na Lagoa de Óbidos, analisando a importância da lagoa enquanto atrativo turístico e recurso natural. Assim, como objetivos específicos, definem-se os seguintes:

- Construção do perfil sociodemográfico dos inquiridos, através de estatística descritiva;
- Análise das percepções dos residentes relativamente aos impactos e políticas turísticas;
- Determinação e análise de clusters para definição da melhor segmentação baseada na simplificação estrutural dos atributos.

Pelo que se considera que os resultados obtidos na presente investigação contribuem para uma melhor compreensão deste sistema lagunar costeiro, assim como das suas especificidades enquanto recurso natural a respeitar e preservar.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os temas abordados ao longo do documento, cujo principal foco foi: sistemas lagunares costeiros e percepções das comunidades residentes. Concretizada esta etapa, foram realizadas entrevistas pessoais aos residentes dos municípios de Caldas da Rainha e Óbidos, com o intuito de averiguar a sua percepção sobre os vários impactos turísticos (económicos, socioculturais e ambientais) na Lagoa de Óbidos e das medidas políticas de desenvolvimento turístico a implementar.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos, considerando que este último trata a bibliografia.

O capítulo 2, apresenta uma abordagem teórica sobre os seguintes temas: sustentabilidade do turismo, conceitos e história, impactos positivos e negativos da atividade turística, a

importância dos sistemas lagunares costeiros e a relação entre residentes (comunidade recetora) e turismo. Neste capítulo são referidos diversos autores da literatura, cujas investigações e/ou trabalhos recaem sobre o tema da presente investigação.

Já o capítulo 3, tem que ver com a metodologia e análise de resultados, onde são apresentadas as áreas de estudo e as suas características sociodemográficas, e é identificado o instrumento de recolha de dados, o método de aplicação do mesmo, a amostra utilizada, a análise dos resultados e a análise de clusters obtidos com a investigação.

O penúltimo capítulo trata as conclusões gerais da investigação, conciliando o objetivo do estudo, com os resultados obtidos, apresentando linhas orientadoras para pesquisas futuras.

II. Revisão da Literatura

Para Cunha (2003), o turismo é a atividade que melhor reflete as mudanças na sociedade, independentemente de estas serem de cariz social, económico ou cultural. Este indica que inicialmente o turismo foi considerado uma atividade económica, dando posteriormente origem a grandes fluxos, garantia emprego e produzia receita, sendo uma atividade a nível mundial. O autor defende que foram cinco os fatores que contribuíram para a evolução do turismo, nomeadamente o progresso científico e técnico, o progresso social, o desenvolvimento económico, as Tecnologias de Informação e Comunicação e a globalização, sendo que o ambiente *per se* contribuiu para o surgimento das novas tendências turísticas, uma vez que se trata de uma questão que tem vindo a ser inculcada aos indivíduos.

Consequentemente, a proteção e conservação do ambiente para as gerações futuras, tem vindo a tornar-se um objetivo essencial para a indústria do turismo e para os restantes setores que usufruem dos recursos naturais, uma vez que o turismo é considerado uma atividade dependente do ambiente (Rad e Aghajani, 2010). Deste modo, o aumento da preocupação ambiental deu origem a alterações do lado da oferta, bem como do lado da procura, que possivelmente resultaram no aparecimento de novas formas e tipos de turismo, (Radulescu, 2011).

Os designados “novos turistas”, revelam preocupações ao nível da preservação, manutenção e conservação do ambiente, demonstrando um cuidado especial pelas condições disponíveis para as gerações futuras (Oliveira, 2012).

As dimensões económica, social e ambiental, fazem parte dos pilares do turismo sustentável, pelo que é desejável que o planeamento e gestão das atividades turísticas gerem benefícios para a comunidade residente, preservem e conservem os recursos existentes e envolvam a comunidade nas decisões de gestão.

Para Santos *et al* (2009) o turismo sustentável é aquele que no desenvolvimento das suas atividades visa minimizar os impactos ambientais e sociais negativos, e potenciar os positivos. Assim, com o intuito de ir ao encontro dos interesses de todos os *stakeholders*, as empresas do setor turístico devem maximizar a riqueza gerada e distribuída pelas partes interessadas, bem como, respeitar o equilíbrio ambiental e social.

Segundo o Código Mundial de Ética no Turismo, a implementação de práticas sustentáveis necessita que os indivíduos aprendam a respeitar as outras tradições, culturas e práticas sociais, bem como, protejam o ambiente e os recursos naturais existentes nos destinos, pelo que a atividade turística não deve representar uma ameaça para as comunidades recetoras, meio ambiente, nem lugares históricos e culturais (OMT, 1999).

Devido à mudança de atitudes face ao ambiente e ao turismo, começaram a surgir novas formas de turismo dependentes do ambiente, realizadas maioritariamente em pequena escala por indivíduos especializados e informados, designadamente, o ecoturismo, o turismo de natureza, o agroturismo, o turismo sustentável, entre outros (Buckley, 2011); (Butler, 2000); (Radulescu, 2011).

O Turismo Sustentável deve acima de tudo procurar a compatibilização entre os anseios dos turistas e as comunidades das regiões recetoras, garantindo não somente a proteção do meio ambiente, mas também o desenvolvimento da atividade turística em consonância com a sociedade local envolvida. As ações a desenvolver neste âmbito devem ser socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas (OMT, 1999).

2.1 Sustentabilidade do turismo

A evolução dos transportes, em particular do comboio, as férias pagas, o aumento do período de descanso, a melhoria das infraestruturas existentes, a promoção e divulgação de produtos turísticos e o aparecimento dos primeiros operadores turísticos, foram elementos impulsionadores durante o século XX. Assim, a procura e oferta turística começaram a aumentar e a gerar fluxos turísticos repetitivos, cujo objetivo era satisfazer as exigências destes turistas. Se outrora estes descuravam o ambiente enquanto elemento fundamental a preservar e manter, nos dias de hoje o mesmo não se verifica, pois os indivíduos demonstram-se cada vez mais interessados em preservar e conservar o ambiente. Deste modo, observa-se novamente uma transformação no comportamento dos indivíduos, que se expressa numa mudança na indústria do turismo, uma vez que esta deve estar em constante adaptação ao consumidor e respetivas necessidades e expectativas.

2.1.1 Conceitos e História

Definindo turismo de massas ou convencional, pode dizer-se que é caracterizado pelo movimento de turistas que procuram na sua maioria o produto “Sol e Mar”, seguindo as tendências/ modas no que refere aos destinos turísticos, dando preferência às viagens turísticas organizadas. O mesmo não se verifica com os novos turistas, que procuram experiências distintas, contacto direto com a população local e cujas preocupações passam pela qualidade da paisagem, preservação de ecossistemas e recursos naturais, níveis de poluição, tratamento de resíduos, entre outros.

Surge assim uma “nova era” de crescimento económico, social e ambiental, cujos consumos são ponderados, as consequências são medidas e a gestão dos destinos e atividades implementadas, são previamente analisadas pelas entidades competentes e pelos turistas/ visitantes que praticam esta vertente turística. São refletidas opções mais conscientes por este segmento turístico, assim como é demonstrado um envolvimento maior com a população residente e uma preocupação com a forma como esta vive localmente.

Segundo a Fundação Getulio Vargas (1991), o desenvolvimento sustentável visa satisfazer as necessidades do presente sem prejudicar as das comunidades futuras e baseia-se em 2 conceitos: necessidades (com o intuito de identificar as áreas prioritárias de ação) e limitações (muitas vezes impostas pela tecnologia e organização social ao meio ambiente, que por sua vez pode ter dificuldade em satisfazer as necessidades presentes). Deste modo, o desenvolvimento sustentável requer *“uma transformação progressiva da economia e da sociedade”* (Fundação Getulio Vargas, 1991), para reduzir os impactos que ocorrem sobre os recursos naturais (ar, água, terra etc.) e para garantir a qualidade dos ecossistemas a médio-longo prazo.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem a sua origem na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987, definido no relatório Brundtland da seguinte forma:

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as

suas próprias necessidades. (United Nations World Commission on Environment and Development, 1988)

O relatório observa que o desenvolvimento envolve uma transformação progressiva da sociedade e da economia, e sublinha a necessidade que este desenvolvimento tenha lugar num quadro político e social adequado. O desenvolvimento sustentável exige a satisfação das necessidades básicas para todos e satisfazer as aspirações de todos por uma vida melhor. Mas também exige a promoção dos valores que estimulem padrões de consumo que estejam dentro dos limites do ecologicamente possível e que todos podem razoavelmente aspirar.

Segundo sustentam os autores do Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável implica que as sociedades assumam as necessidades humanas mediante o crescimento do potencial de produção e garantir a igualdade de oportunidades para todos.

Por fim, o relatório afirma a necessidade que o mundo conceba estratégias que permitam às nações escapar do seu presente, muitas vezes destrutivo, através de processos de crescimento compatíveis com o desenvolvimento sustentável. Estas estratégias, a serem realizadas pelos países, deverão ser muito concretas e imperativas.

Entre as estratégias que devem ser assumidas, destacam-se (Fernández, 2015):

- Para avaliar o crescimento
- Alterar a qualidade do crescimento
- Assegurar as necessidades de trabalho, alimentos, energia, água e saúde para todos
- Assegurar um nível sustentável de população
- Conservar e aumentar os recursos básicos
- Reorientar a tecnologia e riscos empresariais
- Incorporar o ambiente e a economia no processo de decisão

A definição de desenvolvimento sustentável anteriormente exposta deu origem a numerosos comentários e críticas, uma vez que não se acredita possível conciliar desenvolvimento económico e conservação ambiental; uma vez que o conceito de sustentabilidade implica subordinar as aspirações de desenvolvimento económico à proteção dos recursos (Sachs, 1995). Outros autores defendem que o desenvolvimento sustentável não é mais um desafio

para o paradigma económico convencional, mas sim uma desculpa elaborada para não desistir de um crescimento económico contínuo e desperdiçador (Delgado, 2013).

Um dos principais aspetos do princípio da sustentabilidade é que vivemos num planeta finito, onde os recursos naturais são limitados. O desenvolvimento sustentável exige, portanto, a disponibilidade a longo prazo de tais recursos naturais e a preservação da qualidade ambiental.

Ao longo do tempo, a conceção dominante de desenvolvimento sustentável evoluiu para além da discussão sobre o património natural, e levou em conta outros aspetos do desenvolvimento humano. Neste sentido, o conceito incorporou a ideia da participação de todos os setores da sociedade na tomada de decisões (Meadowcroft, 2000).

Por conseguinte, as três dimensões podem ser definidas como se segue:

- A sustentabilidade ambiental deve assegurar que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos recursos naturais.
- A sustentabilidade social e cultural deve assegurar que o desenvolvimento sustentável aumente o controlo dos indivíduos sobre as suas vidas, seja compatível com a cultura e os valores das pessoas, e mantenha e fortaleça a identidade das comunidades.
- A sustentabilidade económica deve garantir que o desenvolvimento é economicamente eficiente, beneficie todos os agentes da região envolvida e que os recursos sejam geridos de forma a preservá-los para as gerações futuras.

Como estímulo para as práticas sustentáveis e para sensibilizar os indivíduos para a importância da preservação do meio ambiente e recursos naturais, foram realizadas algumas ações a nível mundial (Oliveira, 2013); (OMT, 1980); (OMT, 1995); (OMT, 1999), (Batista, 2010):

- 1972 Conferência de Estocolmo sobre o Homem e o Meio Ambiente (organizada pela ONU, com o intuito de estabelecer uma relação entre ambos: visou encontrar soluções para os problemas existentes e definir estratégias para a problemática ambiental);

- 1980 Declaração de Manila sobre o Turismo Sustentável, que visava o desenvolvimento de uma oferta que em simultâneo protegesse o ambiente, a cultura e os valores locais;
- 1985 Carta do Turismo e o Código do Turista, ambas consideradas códigos de conduta para entidades e profissionais do turismo;
- 1987 Proposto o primeiro modelo de Desenvolvimento Sustentável (o Relatório de Brundtland ou “O Nosso Futuro Comum”; aparece pela primeira vez uma definição para o desenvolvimento sustentável);
- Cinco anos depois: Cimeira da Terra, uma Conferência das Nações Unidas, cujo tema era o Ambiente e o Desenvolvimento;
- No ano de 1995: Carta do Turismo Sustentável (principal documento de referência internacional, uma vez que apela às várias entidades, governos, atores e profissionais do turismo para a importância de implementar planos de ação de desenvolvimento sustentável) e Agenda 21 (cujos objetivos passam pela prosperidade económica, equidade e coesão sociais e proteção do ambiente e cultura em simultâneo);
- 1999 Código Mundial de Ética no Turismo, o primeiro código ético para o turismo, que alia o desenvolvimento sustentável económico, social e ambiental;
- 2000 Declaração do Milénio (apoiar a igualdade e equidade ao nível global);
- 2002 Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (responsabilidade do turismo no desenvolvimento sustentável), sendo considerado o Ano Internacional do Ecoturismo.

A vertente económica visa sobretudo uma distribuição justa dos benefícios e receitas geradas com a atividade turística, mas também, desenvolver novos mecanismos para melhorar os sistemas de produção. Já o crescimento populacional, a educação, o bem-estar social, o acesso à informação e o envolvimento em processos de decisão locais, estão associados à vertente social. Quanto à última dimensão, a ambiental, está relacionada com a preservação e conservação dos recursos, promoção e educação ambiental e capacidade de carga e dos ecossistemas *per si*.

Também denominado de turismo responsável, o turismo sustentável deve contribuir para a conservação dos recursos naturais e biodiversidade, preservar e respeitar a autenticidade cultural dos povos (contribuindo para o intercâmbio e partilha cultural) e proporcionar benefícios económicos para todos os atores envolvidos na atividade (sejam eles profissionais

do setor ou elementos da comunidade residente). Pelo que enquanto atividade organizada e planeada, o turismo pode contribuir para a proteção e preservação da natureza, valorização do destino, melhoria da qualidade de vida, aumento do rendimento da comunidade local entre outros. São inúmeras as suas potencialidades nomeadamente: fomenta o fabrico de artesanato local, aumenta o financiamento da comunidade local, protege o património natural e cultural, transmite valores e crenças locais, melhora as infraestruturas, transportes e acessos, cria emprego e valoriza o destino enquanto atrativo turístico.

Face às características naturais da Lagoa de Óbidos e por se tratar de um sistema lagunar costeiro, considera-se que reúne os elementos necessários para ser considerada uma área protegida. As áreas protegidas necessitam de cuidados acrescidos, pelo que é importante promover a sua conservação e manutenção, minimizando a utilização de recursos não-renováveis, identificando as características ambientais e monitorizando ações eficazmente, mas sobretudo, formar e educar indivíduos e empresas para que estes mudem as suas atitudes e incluam o ambiente na sua gestão e planeamento estratégico.

Neste sentido, os objetivos do turismo sustentável (para as áreas protegidas e não só), passam pela possibilidade dos visitantes aprenderem e apreciarem o património natural e cultural, pela gestão de longo prazo do mesmo e pela redução dos impactos negativos causados pela atividade turística.

A este nível torna-se imprescindível a intervenção das autoridades locais (decisão, planeamento e monitorização) e do público em geral (principalmente residentes do destino turístico), para que em conjunto possam adaptar os modelos a implementar às economias locais, respeitando assim as suas necessidades e reduzindo os impactos negativos nas mesmas.

2.1.2 Os impactos da atividade turística

O desenvolvimento de um destino turístico e o ambiente que o compõe estão intimamente interligados, pelo que devem ser geridos em simultâneo pelas respetivas entidades responsáveis. Dificilmente se verifica um desenvolvimento sustentável de um local, se o crescimento do mesmo não for medido e não considerar os recursos naturais prioritários e atrativos do destino. Deste modo, a economia (e medidas políticas) deve andar de mãos dadas com a ecologia e a biodiversidade locais, pois se estas não forem preservadas e conservadas, o destino perde inúmeras características (Fundação Getulio Vargas, 1991). Do mesmo modo que, os programas/ planos a implementar localmente devem contar com a participação da comunidade residente, para que esta se sinta envolvida e possa dar o seu contributo, evitando assim distúrbios sociais.

O turismo enquanto atividade criadora de receita e estímulo para o desenvolvimento económico, pode provocar variados impactos positivos e/ ou negativos diretos (os que têm efeitos imediatos) ou indiretos (dependendo do tipo de turismo praticado e recursos utilizados), sobre o ambiente, cultura, sociedade e economia locais. Quando previamente planeado e gerido, o turismo pode trazer benefícios para a comunidade residente e assim fomentar positivamente o seu desenvolvimento (Roffé, 2010).

Enumeram-se de seguida os impactos positivos e negativos da atividade turística segundo Roffé (2010) e Batista (2010):

TABELA 2.1 IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO

Impactos	Positivos	Negativos
Económicos	<ul style="list-style-type: none">- diversidade de atividades económicas;- circulação de moeda;- aumento de fluxos;- criação de emprego;- aumento da procura de produtos locais;	<ul style="list-style-type: none">- sazonalidade turística;- inflação;- dependência de capital estrangeiro;- dependência excessiva do turismo;- mão-de-obra desqualificada;- aumento da qualidade de vida;

	<ul style="list-style-type: none"> - equilíbrio da balança de pagamentos; - maior investimento; - aumento da receita local; - melhoria da qualidade de vida; - criação/ melhoria de infraestruturas; 	<ul style="list-style-type: none"> - aumento do preço dos bens e serviços; - desigualdade económica;
Socioculturais	<ul style="list-style-type: none"> - valorização das tradições e costumes - preservação da identidade cultural - conservação do património social e cultural; - recuperação de edifícios históricos; - autenticidade cultural; - orgulho da população residente; - intercâmbio cultural; - valorização do destino turístico; - mão-de-obra local; - melhoria dos serviços existentes; - promove a compreensão dos povos e a paz; - melhoria da qualidade de vida; 	<ul style="list-style-type: none"> - consumo excessivo de produtos/ recursos locais; - perda de identidade social e cultural; - injustiça social; - mudanças culturais e tradicionais; - aumento da insegurança e criminalidade; - marginalidade, prostituição e consumo de estupefacientes; - diferenças sociais; - mudança de vida na sociedade recetora;
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> - proteção e conservação dos recursos naturais; - apoio à educação e formação ambiental; - mais atividades ligadas ao ambiente; - redução da poluição ambiental; - aumento da consciência ambiental; - equilíbrio entre ambiente desenvolvimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - aumento da poluição do ar, do mar e da terra; - distúrbios/perturbação de ecossistemas; - erosão do solo; - ocupação desorganizada do solo; - aumento da poluição sonora e visual; - problemas de trânsito e transportes; - limite da capacidade de carga;

FONTE: ADAPTADO DE ROFFÉ (2010) E BATISTA (2010)

Face ao exposto na tabela 2.1, é necessária a realização prévia de um estudo minucioso sobre as características do destino turístico em consonância com a sua capacidade de carga,

recursos naturais e produtos/serviços a desenvolver enquanto atrativos turísticos, para seguidamente serem definidas as diretrizes a aplicar.

Isto leva à conclusão de que uma análise perfeita da atividade turística deve incluir os custos e benefícios associados ao desenvolvimento dessa atividade para medir a verdadeira rentabilidade do turismo. Os efeitos negativos sobre a estrutura física do destino constituem um requisito fundamental.

Parece razoável que para satisfazer o crescimento da procura turística sem degradar os recursos naturais e garantir o desenvolvimento futuro desta indústria a nível global, é necessária uma política de planeamento que leve em conta os custos e benefícios e garanta a persistência.

Quanto aos impactos positivos a qualidade ambiental é crucial para a competitividade do produto turístico a ser considerado, bem como outros impactos positivos causados pelo desenvolvimento do turismo, entre outras melhorias em infraestrutura e meios de subsistência de muitas comunidades urbanas e rurais (Comissão das Comunidades Europeias, 2007).

Novas vias de comunicação que permitam o acesso a numerosos núcleos populacionais esquecidos; revalorização de património até aqui subavaliado; criação de postos de trabalho; aumento do rendimento das famílias, aumento do intercâmbio de culturas, ideias, costumes, estilos de vida; um maior investimento na conservação da natureza (florestas, pantanais, rios, zonas costeiras, etc.).

O modelo de turismo tradicional tem sido tremendamente agressor do ambiente e, de alguma forma, gerou uma imagem negativa do turismo como atividade nociva. No entanto, novas abordagens para o turismo sustentável e o facto inegável de que o ambiente é um fator essencial para a função de produção do turismo, fazem com que o turismo seja o principal defensor do ambiente (Pulido, 1998).

A Comissão das Comunidades Europeias (2007) reconheceu isso, e adota uma nova política de turismo cujo principal objetivo é "contribuir para melhorar a competitividade da indústria europeia do turismo e criar mais e melhores empregos através do crescimento sustentável do turismo na Europa e no mundo inteiro".

A Comissão também reconhece explicitamente que "o objetivo imediato de crescimento anda de mãos dadas com a defesa de objetivos sociais e ambientais", anunciou a elaboração de uma Agenda 21 para o turismo com base nos resultados do trabalho do Tourism Sustainability Group (2007), apresentados no relatório *Action for more Sustainable European Tourism*, publicado em Fevereiro de 2007.

Segundo Lorés (2011), os turistas aparecem inicialmente como um consumidor nato, consumindo os melhores recursos: clima, paisagem, fauna, flora, cultura, sem ter consciência que na sua maior parte não são renováveis. A maioria dos desastres causados, direta ou indiretamente, por turistas foram permitidos ou autorizados pelos governos centrais ou locais, sem ser reparado o dano feito. Foi um uso desordenado e intensivo dos recursos naturais, causando perturbações dos ecossistemas e até mesmo ao desaparecimento de muitos biótipos.

São também impactos negativos as mudanças irreversíveis na paisagem, a invasão maciça de áreas naturais até então pouco visitadas, o que veio a provocar uma fuga de animais selvagens e até mesmo espécies vegetais que desaparecem. A acumulação de todos os tipos de resíduos, o aumento da quantidade de efluentes e resíduos, sem infraestruturas adequada para minimizar o seu impacto, de tal modo que certas áreas se tornaram aterros não controlados, causando uma agressão brutal sobre o ambiente.

De acordo com Batista (2010), devem seguir-se quatro fases para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável, designadamente:

- ✓ **Fase I:** criação de consciência nos indivíduos sobre a importância da realização de um planeamento estratégico;
- ✓ **Fase II:** recolha e tratamento da informação, análise da situação atual do local, consideração de cenários diferentes, planeamento da utilização dos recursos existentes;
- ✓ **Fase III:** desenvolvimento da estratégia a aplicar ao nível da definição das áreas, do programa de investigação, das metodologias e da monitorização do plano;
- ✓ **Fase IV:** implementação e monitorização da estratégia ao nível da educação ambiental, capacidade de carga com foco no uso turístico e criação e definição da marca (neste caso em específico) Lagoa de Óbidos.

Segundo a mesma autora, ao seguir os passos apresentados será possível sensibilizar os indivíduos para o respeito pelo ambiente natural e cultural, proporcionar experiências únicas

aos visitantes e comunidade residente, gerar benefícios económicos, melhorar a qualidade vida e educar o turista/ visitante para a situação atual ambiental, económica e social.

2.2 Sistemas lagunares costeiros

O interesse crescente pela biodiversidade e biodiversidade de lagoas destacou-se com a realização da Conferência do Rio de 1992 e a partir do século XXI, respetivamente, uma vez que aumentou o número de artigos científicos relativos ao tema. Consequentemente observaram-se as seguintes lacunas na literatura: carência de informação no que refere à biodiversidade e espécies existentes nas lagoas, pouco conhecimento das mesmas (lagoas) e ainda ausência de legislação relacionada (Oertli *et al*, 2009).

Segundo a Rede Europeia de Conservação de Lagoas (EPCN), conservar e preservar lagoas oferece diversas oportunidades, nomeadamente ao nível da educação e pesquisa experimental. Sabe-se ainda, que estes ecossistemas são fulcrais para a existência de várias espécies, algumas delas consideradas raras e ameaçadas de extinção. De uma forma geral, a literatura consultada revela que as lagoas: detêm uma grande importância enquanto fonte de água e são fundamentais em diversos processos industriais, entre os quais, o transporte, a lavagem, o peneiramento entre outros (Rees, 1997); permitem observar os movimentos migratórios de diversas espécies, sendo consideradas pontos-chave de biodiversidade, cujo papel que desempenham tem que ver com a prestação de serviços eco sistémicos (Céréghino *et al*, 2014); são fundamentais na manutenção dos animais selvagens, bem como na ligação estabelecida entre indivíduos e espécies, (European Pond Conservation Network EPCN, 2014); têm um valor elevado no que refere à biodiversidade de ecossistemas, funções que desempenham e serviços que oferecem, (Ewald *et al*, 2012). Contudo, apesar da elevada importância e valor que lhe são atribuídos, as lagoas carecem de proteção ao abrigo da legislação europeia e nacional, recebendo somente uma proteção limitada da Diretiva de Habitats (Tiéga, 2008), (Rees, 1997).

Devido às mudanças que têm ocorrido (sobretudo climáticas), pode dizer-se que as lagoas, tal como os restantes ecossistemas, têm sido ameaçadas pela atividade/ pressão humana, particularmente: a recolha de organismos existentes no ecossistema, agricultura intensiva, a poluição, a mudança climática, tendência natural/ ou não para o assoreamento, a eutrofização

entre outras (Boix *et al*, 2012), (European Pond Conservation Network EPCN, 2014). Assim, é importante implementar medidas e práticas adaptadas a cada ecossistema *per si*, com o intuito de o preservar e conservar, bem como de o promover enquanto elemento intrínseco de determinada comunidade (Tiéga, 2008). Gestores, ambientalistas, investigadores, paisagistas, urbanistas e a própria comunidade local, devem estar envolvidos de forma conjunta, a fim de partilharem o conhecimento que detêm sobre a ecologia, gestão e conservação de lagoas (Rees, 1997), (Céréghino, 2014).

São várias as intervenções que se têm vindo a realizar com o intuito de sensibilizar e consciencializar os indivíduos para a importância das práticas ambientais saudáveis, desde Conferências, Workshops, pesquisa voluntária, envolvimento direto com a comunidade local entre outros (Céréghino, 2014). Contudo, Boix *et al* (2012), consideram que é necessário fazer mais e melhor para aumentar a consciência e sensibilidade sobre as lagoas e respetiva conservação e preservação. Oertli *et al* (2005) e Tiéga (2008), mencionam que é fundamental beneficiar as lagoas enquanto corpos de água característicos na Diretiva Quadro da Água, tomando medidas ao nível: da coordenação da investigação (conhecer os ecossistemas das lagoas e o seu papel e, identificar o impacto das mudanças climáticas na biodiversidade das lagoas), da comunicação e consciencialização (sensibilizar as partes envolvidas acerca do valor e importância que as lagoas detêm, bem como das práticas para as proteger e conservar), da política ambiental das lagoas (estabelecer redes nacionais com a finalidade de facilitar a identificação de Áreas Importantes para as lagoas, prestar conselhos sobre as práticas a realizar, proteger as Áreas Importantes para as Lagoas à escala local, recuperar a boa qualidade das lagoas), e da política e legislação (incluir as lagoas na Diretiva Quadro de Água e em redes oficiais de áreas protegidas, como a Ramsar e a Natura 2000).

No que refere aos sistemas lagunares, o seu processo evolutivo é condicionado pela variação dos níveis do mar e pela quantidade de sedimentos disponíveis, que por sua vez podem contribuir para o seu assoreamento (Freitas, 1996).

Consideradas ecossistemas de elevado valor (histórico e socioeconómico) e produtividade biológica, as lagoas costeiras contribuem fortemente para o desenvolvimento económico regional e nacional, contudo continuam a enfrentar variadas ameaças devido às pressões humanas e naturais, pelo que é necessário desenvolver uma consciência global que vise a

sua proteção, conservação e gestão. O crescimento de atividades económicas e de infraestruturas (turísticas e não só) em zonas costeiras deve primeiramente avaliar a capacidade destas regiões, para depois planear atividades turísticas sustentáveis baseadas numa abordagem: económica, social e ambiental, (Rebelo *et al*, 2015).

Durante muitos anos as populações localizaram-se perto do litoral para usufruir dos benefícios advindos das bacias hidrográficas e da proximidade ao mar, o que conseqüentemente desencadeou atividades como a pesca, a extração de sal, a colheita de algas, o transporte marítimo, o comércio, atividades portuárias e a construção naval. Sendo a apanha de bivalves e a pesca, as atividades realizadas por um maior número de indivíduos, por gerarem mais fonte de rendimento para as famílias. Tal facto desencadeou elevada dependência económica de ambas atividades, o que provocou um desenvolvimento desequilibrado e descontrolado das mesmas, levando à diminuição e até mesmo extinção de espécies existentes (como as ostras), (Rebelo *et al*, 2015).

Outra fonte de receita da lagoa que tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas, é o turismo, que atrai mais turistas sobretudo durante os meses de verão, cujos impactos são visíveis: elevado número de turistas, aumento de afluentes domésticos, elevada pressão na lagoa, turismo residencial e de golfe, práticas agrícolas entre outras. Todos estes fatores e o historial de práticas descuidadas e a exploração dos recursos naturais durante anos, têm contribuído para a eutrofização da Lagoa de Óbidos, (Rebelo *et al*, 2015).

A Lagoa de Óbidos trata-se de um sistema lagunar costeiro localizado na costa ocidental Portuguesa, fazendo parte dos concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos, cuja ligação ao mar é realizada através de um canal cuja largura e posição são variáveis, sendo por vezes necessária a intervenção humana para manter a abertura (obstruída pelos sedimentos). É considerada uma lagoa de ambiente transitório, com tendência natural para o assoreamento - considerado muitas vezes a principal causa do desaparecimento das lagoas (Oertli *et al*, 2005), uma vez que se verifica um transporte superior de sedimentos do mar e rios (Arnóia e Cal) para a lagoa, do que o inverso (Carvalho, 2009).

De acordo com a Revisão do PDMCR, a Lagoa de Óbidos é considerada um dos elementos mais marcantes do concelho em termos paisagísticos, assim como, é identificada no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, “uma das Paisagens

Notáveis a incluir na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental”. No mesmo documento, é ainda referido que a Lagoa de Óbidos detém elevada riqueza ecológica resultante da junção dos meios aquático e terrestre, que por sua vez geram um conjunto interessante de valores naturais e biodiversidade. As principais ameaças identificadas no PDMCR têm que ver com o assoreamento e com a degradação da qualidade da água, devido à elevada pressão construtiva que se tem verificado ao longo de ambas as margens, particularmente na zona norte da lagoa, (Rebelo *et al*, 2015).

Considerada uma Área Nuclear Secundária, pelo PROT-OVT, a lagoa em estudo é englobada nas “áreas identificadas como espaços de elevado valor ecológico para a conservação da biodiversidade e da paisagem, únicos na identidade regional”, bem como, nos espaços de elevado valor ecológico geomorfológico e cénico, associados ao mar. Sendo ainda classificada como Biótipo CORINE - *status* que destaca a importância da sua preservação e conservação -, embora não detenha qualquer enquadramento legal (Beja, 2008), (ARH TEJO *et al*, 2010).

Enquanto Paisagem Notável e Sítio de Interesse Paisagístico pelo PROTOVT requer: controlo do seu estado (nas zonas mais sensíveis), organização, estruturação e estabilização das atividades e usos dominantes no local, manutenção da sua envolvente (espaços verdes e agrícolas), promoção e realização de estudos, pesquisas e projetos que visem a conservação do local e respetiva envolvente, assim como garantir o bom estado ecológico da água e dos ecossistemas agregados.

De acordo com Rebelo *et al* (2015), a população local reconhece o potencial (natural, cultural e turístico) da lagoa, contudo esta continua distante de ser uma importante fonte de rendimento para a comunidade local, uma vez que apenas uma pequena percentagem reconheceu os benefícios financeiros resultantes dos recursos da lagoa. O mesmo autor refere ainda que os indivíduos com nível de educação inferior (menos que o ensino secundário) apresentam mais dificuldade quando questionados sobre medidas de desenvolvimento sustentável a implementar (em específico sobre a realização de um centro de interpretação da lagoa), assim como em reconhecer valor às mesmas. Ainda de acordo com o estudo realizado por Rebelo *et al* (2015), é necessário implementar valores como a cooperação e a responsabilidade, uma vez que os governantes das autarquias de Caldas da

Rainha e Óbidos, não os têm praticado, assim como envolver a comunidade local nas tomadas de decisão.

Face ao exposto, é importante sensibilizar os indivíduos para as atividades turísticas realizadas na Lagoa de Óbidos e sua envolvente, uma vez que estas podem ser prejudiciais para a mesma. Assim é importante que as atividades sejam ambiental, social e economicamente sustentáveis, para gerarem benefícios para a comunidade local, contribuírem para a conservação da região, minimizarem os impactos negativos provocados, educarem e formarem os indivíduos e, ajudarem os visitantes/ turistas a perceberem o impacto da sua visita no local (Oliveira, 2013).

Do mesmo modo, que é necessário limitar o acesso a algumas zonas da lagoa e incutir espírito e conhecimento ambiental.

2.3 Turismo e percepções dos residentes

A relação entre turismo e residentes pode muitas vezes influenciar os seus comportamentos aquando na presença de turistas/ visitantes do destino. Os residentes de qualquer área turística podem perceber o turismo de uma forma positiva, devido ao seu potencial para a criação de postos de trabalho, geração de rendimento e melhoria da infraestrutura comunitária (Mitchell e Reid, 2001; Andriotis, 2002). De forma alternativa, os residentes das áreas anfitriãs podem perceber o turismo de uma forma negativa, pelos seus custos socioculturais e ambientais, como também se encontrou em numerosas comunidades, Chen (2000).

Segundo Gursoy, Chi, & Dyer (2009) a maioria dos estudos concluiu que os impactos económicos do desenvolvimento do turismo são predominantemente vistos de uma forma positiva. Isso ocorre porque o turismo é uma ferramenta de desenvolvimento económico para as economias locais. Este contributo é percebido como o mais importante benefício do desenvolvimento do turismo (Gursoy, *et al*, 2010), pois proporciona empregos e outras oportunidades económicas para os residentes. No entanto, por outro lado, acredita-se que apenas uma pequena proporção de residentes obtêm estes benefícios (Singh & Wright, 2011). Além disso, existem custos económicos associados ao desenvolvimento do turismo, tais como a disparidade na distribuição de recursos financeiros.

Em relação aos impactos sociais do desenvolvimento do turismo, Andereck e Vogt (2000) observaram que o turismo pode ter impactos positivos sobre o desenvolvimento das comunidades, melhorando a qualidade de vida dos residentes, visto que turismo é constituído por uma série de atividades e emprega pessoas de diversos estratos sociais, idades, sexo e níveis de ensino. Inversamente, vários estudos também fazem alusão aos impactos sociais negativos do desenvolvimento do turismo (Aguiló & Rosselló, 2005).

Os benefícios culturais são vistos, igualmente, como um dos ganhos do desenvolvimento do turismo, devido às vantagens evidentes da preservação da cultura única da comunidade. Isto é conseguido através de eventos culturais e instalações, bem como a melhoria da consciência cultural, especialmente entre a geração mais jovem. No entanto, o turismo também é percebido como um fenómeno que pode resultar em comportamentos imorais (Andereck &

Vogt, 2000) e na erosão dos valores tradicionais e comercialização da cultura comunitária (Choi & Sirakaya, 2005).

É geralmente assumido também que o apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo pode ser influenciado pela percepção de impacto ambiental (Yoon, Gürsoy, & Chen, 2001). Por um lado, o turismo é visto como um mecanismo para reduzir a poluição ambiental e diminuição no uso de recursos. Por outro lado, no entanto, as atividades de turismo podem estar a afetar negativamente os recursos naturais e físicos dos quais depende, resultando em degradação ambiental (Choi & Sirakaya, 2005).

As atividades turísticas influenciam as comunidades de acolhimento e podem dar origem a grandes controvérsias. Essas atividades certamente exercem uma influência económica, produtiva e cultural considerável, mas também é evidente que têm sido uma fonte de conflito social para diferentes grupos e movimentos (Aguiló e Rosselló, 2005).

Segundo Gursoy *et al* (2002) muitos investigadores apoiam a visão de que o turismo contribui para o desenvolvimento de regiões mais desfavorecidas, embora tenda a incorporar os aspetos culturais negativos dos países industrializados que atuam como mercados de origem, dificultando o seu progresso e desenvolvimento. Por outro lado salientam que o turismo de massas pode ter colaborado na dificuldade da permanência das culturas locais e no aumento de impactos sociais negativos como a prostituição ou a delinquência. Apesar disso, a maioria dos residentes locais vêem o turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento económico (Gursoy *et al*, 2002) e, conseqüentemente, não é surpreendente que os resultados da maioria dos estudos sobre as atitudes dos residentes face ao turismo sugerem que, em geral, os residentes mostram atitudes positivas para com o turismo, enquanto apenas alguns estudos relataram essas relações como negativas (Sinclair-Maragh *et al*, 2015).

De acordo com a teoria das trocas sociais, os residentes locais são suscetíveis de participar numa troca com os turistas se eles acreditarem na obtenção de benefícios sem incorrer em custos inaceitáveis. Se os residentes perceberem que os impactos positivos do turismo são maiores do que os negativos, eles estarão inclinados a favorecer uma troca e, portanto, disponíveis para apoiar o futuro desenvolvimento do turismo na sua comunidade (Getz, 1994; Gursoy *et al*, 2002).

A relação entre as atitudes dos residentes relativamente ao turismo e o seu apoio ou oposição, é corroborada pela Teoria da Ação Racional (Ajzen e Fishbein, 1980 citados por Dyer *et al*, 2007). A Teoria da Ação Racional indica que os indivíduos são racionais, portanto, fazem uso de todas as informações disponíveis e avaliam as possíveis implicações da sua ação antes de decidirem envolver-se, ou não, numa determinada decisão. A questão crítica na previsão de comportamentos são as intenções individuais, enquanto estas, por sua vez, se constituem como antecedentes do comportamento real. Intenções comportamentais têm sido definidas como a probabilidade subjetiva com que um indivíduo se envolve num comportamento específico (Dyer *et al*, 2007).

As intenções são constituídas por todos os fatores relacionados com a motivação que afetam um certo tipo de comportamento, e indicam a extensão em que um indivíduo se vai envolver num determinado comportamento. De acordo com esta teoria, se um indivíduo avalia um determinado comportamento como favorável, então eles são mais propensos à intenção de se envolver nesse comportamento, como sugerido pela teoria das trocas sociais (Fishbein and Ajzen, 1975 citados por Dyer *et al*, 2007).

Quando essas teorias foram aplicadas, os resultados mostraram diferenças claras nas atitudes, dependendo do nível de desenvolvimento do turismo de uma região, da relação do sector do turismo com a economia, da concentração do alojamento turístico, da duração das estadias vivendo e interagindo com a comunidade local, da relação com os empregos que estão diretamente ligados com o turismo, do grau de contato com os turistas, do impacto percebido do tempo de lazer, do nível de desenvolvimento do destino e do tipo de turismo (Bujosa e Rosselló, 2007). Consequentemente, a investigação nestas últimas décadas demonstrou que as atitudes relativamente ao turismo podem estar relacionadas com um amplo conjunto de variáveis que caracterizam os indivíduos e as suas perceções.

Por outro lado, o turismo e respetivas atividades dependem fortemente da hospitalidade e atitudes da comunidade residente, pelo que é importante que esta esteja envolvida em todas as ações e processos associados, uma vez que a sua participação e apoio são fulcrais para a sustentabilidade turística (Stylidis *et al*, 2014), (Ribeiro *et al*, 2013). Quanto maior o conhecimento dos residentes sobre o turismo e respetivos visitantes, maior o interesse no

setor e melhor a experiência de contacto, o que conseqüentemente contribui para a satisfação e lealdade dos visitantes/ turistas para com o destino (Saufi *et al*, 2014). Segundo o mesmo autor, os residentes em destinos turísticos são mais tolerantes ao turismo *per se*, do que os que viveram fora desse contexto, tendo muitas vezes uma opinião negativa.

Contudo, o desenvolvimento turístico (económico, ambiental e social) do destino influencia positiva ou negativamente a vida dos residentes, causando mudanças nos valores, crenças e práticas culturais, pelo que as percepções que estes têm do turismo e respetivos impactos afetam o seu apoio à atividade (Tatoglu *et al*, 2000), (Stylidis *et al*, 2014). Prova disso, é que a relação entre residentes e turistas passa pela euforia (quando os visitantes/ turistas são bem-vindos no destino), apatia (o contacto entre ambos torna-se mais formal, uma vez que a presença de visitantes turistas é mais frequente), irritação (os residentes sentem e mostram receio sobre o turismo e respetivas atividades) e antagonismo (quando os visitantes/ turistas são vistos pelos residentes como problemas sociais) (Ribeiro *et al*, 2013), (Hunt e Stronza, 2014).

Quando os residentes aceitam positivamente o turismo e respetivos impactos, apoiam o desenvolvimento de futuras políticas turísticas, assumindo que o turismo contribui para o desenvolvimento económico da comunidade, uma vez que melhora a qualidade de vida, cria emprego, investe e inova, promove a comunicação intercultural, estimula o desenvolvimento de infraestruturas, preserva o património histórico-cultural e natural, cria oportunidades de negócio, valoriza os elementos característicos da região, contribui para a consciência ambiental, entre outros (Brida *et al*, 2011), (Choi e Murray, 2010), (Rad e Aghajani, 2010).

No entanto, o turismo também tem efeitos negativos como: aumento do tráfego, poluição, alterações no comportamento das espécies endógenas, problemas de estacionamento, crime, drogas, aumento do custo de vida, distribuição desequilibrada dos benefícios económicos, desflorestação, uso excessivo dos recursos, exclusão social, aumento do preço dos produtos e serviços, mudança nas tradições, aumento das rendas, etc. (Brida *et al*, 2011), (Tatoglu *et al*, 2000). Segundo Rad e Aghajani (2010), os impactos negativos têm que ver com o nível de utilização dos recursos ser superior à capacidade dos mesmos, enquanto os impactos positivos, advêm da compreensão individual de cada turista relativamente ao conceito ambiente e turismo sustentável. Buckley (2011) considera que diferentes tipos de turismo

provocam diferentes impactos ambientais, que por sua vez, não dependem apenas do ecossistema e atividade realizada, mas também da altura do ano em que a atividade é praticada, do equipamento utilizado na mesma, do tamanho do grupo e das dinâmicas do mesmo e das capacidades e comportamentos individuais dos visitantes/ turistas.

É essencial para os decisores e planeadores da estratégia dos destinos entenderem as percepções dos residentes relativamente aos impactos do turismo. De acordo com Brida *et al* (2010), estes são os únicos que estão expostos aos variadíssimos efeitos do desenvolvimento do turismo. Sinclair-Maragh *et al* (2015) elaboraram uma revisão de literatura onde sintetizaram várias tipologias nas quais classificam os residentes de acordo com as suas percepções sobre os impactos do desenvolvimento do turismo nas suas comunidades (Tabela 2.2.). Os autores argumentam que, agrupando os residentes com base nas suas percepções e analisando as diferenças entre esses grupos (clusters), se poderão obter informações mais significativas para os decisores em comparação com outras abordagens metodológicas, que estão principalmente preocupadas em medir percepções gerais dos residentes.

Fredline and Faulkner (2000) caracterizam os seus clusters do seguinte modo: os “ambivalent supporters” são o grupo maior, sendo moderados e indecisos nas suas respostas; os “haters” discordam bastante com os impactos positivos mas concordam com os negativos; os “lovers” são exatamente o contrário dos anteriores; os “realists” que reconhecem que a atividade turística tem impactos positivos e negativos e os “concerned”, o menor grupo, extremamente preocupados com impactos específicos mas não têm percepções completamente negativas.

Por sua vez na tipologia de Williams e Lawson (2001) os clusters identificados mostram as seguintes características: o maior grupo, os “lovers”, apoiam fortemente o desenvolvimento do turismo; os “cynics”, o grupo menor, são os que aprovam menos o desenvolvimento turístico e são altamente orientados para a comunidade; os “tax payers” são muito preocupados com a questão dos impostos e contas públicas e preocupam-se pouco com as outras questões; os “innocents” não compreendem muito bem os benefícios do turismo e são os que têm menos contacto com a indústria turística.

TABELA 2.2 TIPOLOGIAS DAS PERCEÇÕES DOS RESIDENTES DE ACORDO COM AS SUAS PERCEÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DO TURISMO

Autores	Tipologias
Fredline e Faulkner (2000)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>ambivalent supporters</i> • <i>haters</i> • <i>lovers</i> • <i>realists</i> • <i>concerned</i>
Williams e Lawson (2001)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>lovers</i> • <i>cynics</i> • <i>tax payers</i> • <i>innocents</i>
Andriotis e Vaughan (2003)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>advocates</i> • <i>socially and environmentally concerned</i> • <i>economic sceptics</i>
Aguiló e Rosselló (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>development supporters</i> • <i>prudent developer</i> • <i>ambivalent and cautious</i> • <i>protectionist</i> • <i>alternative developer</i>
Hang <i>et al</i> (2011)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>naïve optimism</i> • <i>community economy-led</i> • <i>cautious proponent</i> • <i>pessimistic opponents</i>
Sinclair-Maragh <i>et al</i> (2015)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>public service and environment focused group</i> • <i>community focused group</i> • <i>community-public service and environment focused group</i> • <i>inconsequential group</i>

FORTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No estudo realizado por Andriotis e Vaughan (2003) são identificados 3 clusters de residentes: os “advocates”, o maior grupo, que apoiam fortemente o desenvolvimento do turismo; os “socially and environmentally concerned” que têm um ponto de vista mais negativo sobre esse desenvolvimento; e os “economic sceptics”, o menor grupo, e muito negativos relativamente aos impactos económicos.

Aguiló e Rosselló (2005) estabeleceram cinco clusters: o menor grupo são os “development supporters” têm as mesmas características dos “lovers” definidos por Fredline and Faulkner’s (2000), e acreditam nos benefícios económicos não se preocupando com os impactos negativos do turismo; os “prudent developer”, o maior grupo, apoiam o desenvolvimento

económico mas estão conscientes e preocupados com os impactos negativos; os “ambivalent and cautious”, também similares aos de Fredline and Faulkner’s (2000), são menos assertivos e mais indecisos sobre os impactos do desenvolvimento do turismo; os “protectionist”, equivalentes aos “haters” de Fredline and Faulkner’s (2000), são extremamente preocupados com os impactos negativos; os “alternative developer” estão a favor dos benefícios económicos e pouco preocupados com os impactos negativos.

Hang *et al* (2011) determinaram quatro grupos: os “naïve optimism” apoiam fortemente o desenvolvimento do turismo e preocupam-se pouco com os benefícios económicos; os “community economy-led” preocupados com a satisfação da comunidade, especialmente no que diz respeito aos benefícios económicos; o grupo “cautious proponent” apoiam mas centram-se nos custos sociais; os “pessimistic opponents” preocupam-se muito com os custos sociais e não apoiam o desenvolvimento do turismo.

Finalmente Sinclair-Maragh *et al* (2015) identificam quatro grupos de residentes: o grupo “public service and environment focused” estão principalmente preocupados com a disponibilidade de infraestruturas, instalações e questões ambientais; o grupo “community focused”, preocupados com os impactos sociais e culturais; o grupo “community-public service and environment focused” que consideram importantes as questões ligadas ao serviço público e ambientais; e o grupo “inconsequential”, os quais não mostram preocupações específicas com os impactos do desenvolvimento turístico.

Estes estudos mostram que existem preocupações específicas relativas ao desenvolvimento do turismo, e que os residentes acreditam que este terá tanto um impacto positivo como negativo nas suas vidas. Portanto, é imperativo para os empreendedores e decisores políticos do turismo terem o conhecimento e uma compreensão da dinâmica desses fatores de impacto e como eles são percebidos pelos residentes antes de embarcar em novos empreendimentos turísticos ou fazer alterações em destinos já existentes. Tendo conhecimento dos clusters específicos e do perfil demográfico de cada cluster, tal é extremamente útil para o planeamento futuro.

Concluindo, para que o destino seja económica, social e ambientalmente sustentável, é importante perceber quais são os elementos que os residentes pretendem preservar e

proteger, assim como identificar o retorno das atividades realizadas para a comunidade local (Brida *et al*, 2011), (Milagres e Souza, 2012), (Choi e Murray, 2010). Segundo os mesmos autores, informar e educar os residentes e entidades governamentais, torna-se indispensável para o sucesso do destino a longo prazo, uma vez que permite identificar uma necessidade para o destino e esclarecer todas as questões relacionadas com a mesma.

Quanto maior o conhecimento que os residentes têm dos turistas, maior a capacidade de identificarem os benefícios gerados pelo turismo e maior e melhor o contacto com os seus atores. O turismo concede aos residentes a oportunidade de darem a conhecer as suas culturas, tradições e costumes locais, assim como de desenvolverem ações de conservação (limpeza de praias e espaços verdes, recolocação de ninhos etc.), centros de interpretação ambiental, abrigos para observação de aves, novas atrações culturais e programas direcionados para a valorização e preservação dos recursos naturais locais (Brida *et al*, 2011).

Face ao exposto, o turismo deve ser planeado e gerido de modo a reduzir os impactos negativos e os custos de manutenção, conservação e proteção da qualidade ambiental, social e económica local, o que requer o envolvimento dos residentes e *stakeholders* aquando planeamento estratégico do turismo para o destino (Choi e Murray, 2010), (Tatoglu *et al*, 2000). Consequentemente, turistas e residentes desenvolvem uma ligação com o local, cujos fatores incluem: duração e frequência da viagem e interação, uso recreativo da mesma, experiências partilhadas e aprendizagem sobre o local. Esta ligação confere aos atores um sentido de responsabilidade e incentiva-os a proteger o local e a preservar os seus recursos naturais e culturais (Vaughan e Ardoin, 2014).

III. Metodologia e Análise de Resultados

A pesquisa exploratório-descritiva é o método utilizado na realização da presente temática, uma vez que trata de um assunto ainda pouco conhecido e explorado e, visa descrever características de determinada amostra, estabelecendo posteriormente relações entre as variáveis. O tema abordado foi analisado qualitativa e quantitativamente, uma vez que pretende saber como ocorrem os fenómenos, quais os motivos e respetivas consequências, assim como, transformar em números as opiniões e informações recolhidas pelos inquiridos, para seguidamente serem classificadas e analisadas estatisticamente, Baptista (2005).

Os dados recolhidos foram analisados através do SPSS, versão 20.0 - Statistical Package for the Social Sciences, de modo a reunir informação que pudesse sustentar a discussão dos resultados. Para a caracterização do perfil do residente e análise das perceções dos residentes relativas aos impactos e políticas turísticas utilizou-se a estatística descritiva. Para a determinação e segmentação foram utilizadas técnicas de análise multivariada, cujo objetivo é o de estudar as relações de interdependência entre um determinado conjunto de variáveis (mais de duas variáveis).

Estas técnicas compreenderam, numa primeira fase, a análise fatorial a qual, a partir da matriz de preferências que permitiu a obtenção de matriz scores, a partir desta obtida anteriormente, realizou-se a análise de clusters para obtenção dos segmentos homogéneos.

Os dados obtidos permitem conhecer com maior detalhe o perfil dos residentes e as perceções dos residentes relativamente aos impactos e políticas turísticas na Lagoa de Óbidos, entre outras questões associadas a todo o processo de perceção.

Os resultados estão organizados em torno de três eixos:

- Construção do perfil sociodemográfico dos inquiridos, através de estatística descritiva;

- Análise das percepções dos residentes relativas aos impactos e políticas turísticas;
- Análise de clusters para determinação da melhor segmentação baseada na simplificação estrutural dos atributos.

3.1 Área de estudo

A Lagoa de Óbidos localiza-se nos concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos (zona Oeste) distrito de Leiria, Portugal. Os dois concelhos abrangem no total uma área territorial de 397,43 Km² e possuem 12 e 7 freguesias, respetivamente de Caldas da Rainha e Óbidos.

A Lagoa de Óbidos ocupa uma área de 6 km², com 1,8km de largura, 4,5km de comprimento, 0,5m a 5m de cota e aproximadamente 2m de profundidade média e 5m de profundidade máxima, detendo elevada salinidade (normalmente acima de 34%), Santos *et al* (sem data), Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – Instituto da Água (sem data), Câmara Municipal de Óbidos (2015).

Segundo Baptista (2005), é a única lagoa sobrevivente de três grandes lagoas que existiram na zona oeste no final do neolítico (2000 a 2500 a.C.).

Considerado o sistema lagunar costeiro mais extenso da costa Portuguesa, faz fronteira terrestre a Norte com o concelho de Caldas da Rainha (Foz do Arelho e Nadadouro) e a Sul com o concelho de Óbidos (Vau e Santa Maria). Estende-se por dois canais, o Braço do Bom Sucesso a Oeste e o Braço do Barrosa a Este, Câmara Municipal de Óbidos (2015), Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – Instituto da Água (sem data). Ambos os braços representam aproximadamente 90% da afluência de água doce na lagoa, assim como são a principal fonte de sedimentos da mesma, uma vez que entre eles desaguam os rios Arnóia e Real, Santos *et al* (sem data), Baptista (2005).

Na lagoa podem ser identificadas duas regiões morfologicamente distintas, nomeadamente a parte inferior, cuja ligação ao Oceano Atlântico é realizada através de uma entrada composta por diferentes canais (sendo que a água flui pelo principal canal, o canal norte) e a superior, formada por uma bacia rasa, braços longos (Braço do Barrosa e Braço do Bom Sucesso) e a sul uma pequena baía, a Poça das Ferrarias, Malhadas *et al* (2010).

Envolvido por um sapal e canavial, o Braço do Barrosa detém qualidade ecológica considerável, apresentando uma elevada concentração de espécies de avifauna, enquanto que o Braço do Bom Sucesso é essencialmente constituído por sapal, Baptista (2005). Já os afluentes derivam de diversos corpos de água da lagoa, designadamente do Rio Arnóia (uma vez que o Rio Real desagua no Rio Arnóia), do Rio da Cal (proveniente do Braço do Barrosa), da Vala do Ameal (Braço do Bom Sucesso), da Ribeira da Barraça e da Ribeira das Ferrarias (mais propriamente a Poça das Ferrarias), Baptista (2005).

Apesar da orientação frequente da lagoa ser NW-SW, esta pode variar bastante em função da quantidade de sedimentos empurrados para o seu interior, uma vez que detém marés de enchente muito rápidas que transportam uma elevada quantidade de sedimentos que contribuem para o assoreamento da lagoa, sendo que apenas uma parte destes volta a sair na maré de vazante. Sabe-se ainda, que grande parte da carga poluente existente na lagoa advém dos rios Real e Arnóia (Braço do Bom Sucesso) e do rio Cal (Braço do Barrosa), Câmara Municipal de Óbidos (2015), Parreira (1999).

Transformada numa pequena aldeia, a Foz do Arelho fazia parte da freguesia da Serra do Bouro, da qual se emancipou em 1919, Umbelino (2000), Parreira (1999). A Lagoa de Óbidos teve na sua origem (Baixa Idade Média e início da Idade Moderna), as transformações que decorreram da erosão das arribas e do arrefecimento global da temperatura (entre XIV e XV), que resultou numa redução do nível da água do mar e conseqüente aumento do número de sedimentos transportados para as áreas litorais. Deste modo, criaram-se condições favoráveis para a fixação de população junto ao litoral, cujas atividades principais recaíam sobre a pesca (sendo a apanha de bivalves, considerada uma das maiores fontes de rendimento para as famílias que habitam perto da lagoa, contudo tal atividade tem vindo a contribuir diminuir o número de espécies existentes), extração de sal, transporte e comércio marítimos, apanha de limo e atividades portuárias e de construção naval, Serra (*sem data*). Também a atividade turística, começou a ganhar algum relevo, quando Grandela, em 1898, começou as obras daquelas que são hoje as instalações do INATEL. Povoando a sua propriedade com veados e falcões, Grandela idealizava um conjunto de empreendimentos ao longo das margens da lagoa, à semelhança do que acontecia em Veneza ou Amsterdão, pelo que após a construção do hotel Eden Palace Hotel, pelo Conde de Alemida Araújo, Grandela arrendou-o de imediato após a sua morte em 1923, chamando-lhe depois “Hotel do Facho”, Serra (*sem data*).

Na generalidade, as lagoas são um habitat aquático variado e apresentam elevado valor significativo no que refere à biodiversidade dos seus ecossistemas e funções (sendo também ecossistemas de elevada sensibilidade ecológica), uma vez que contribuem para a vida aquática e terrestre e, permitem observar os movimentos de norte e ascendentes de variadas espécies, devido às suas características biológicas, Ewald *et al* (2012), Céréghino *et al* (2014).

No que refere à macrofauna bentónica (conjunto de animais que vivem no substrato dos ecossistemas aquáticos e que possuem tamanho maior ou igual a 0,5mm, geralmente visíveis a olho nu: crustáceos, poliquetas, moluscos, corais), a Lagoa de Óbidos detém grande riqueza, sendo considerada dos locais mais ricos do país em bivalves, nomeadamente ameijoas, berbigão e lingueirão. Também as espécies como a sardinha, o robalo, o salmonete, o sargo, o besugo, a dourada, a solha e a enguia, são frequentemente observadas na lagoa, Baptista (2005).

Ao nível florístico e faunístico, apresenta elevada diversidade com características únicas (incluindo espécies endémicas e exógenas que se adaptaram às condições ambientais do local), que por sua vez deve ser conservada e preservada, para que não sofra as mesmas consequências que o cordão dunar (altamente fragilizado devido aos sucessivos dragados) Carvalho (2009), Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – Instituto da Água (*sem data*).

No que refere à avifauna, a lagoa apresenta elevadas concentrações de espécies particularmente no Outono e Inverno, onde podem ser observadas aves aquáticas e migratórias. Patos, limícolas (aves que vivem dos limos), gaivotas, garças, ostraceiros, fuselos, maçaricos, guarda-rios, peneireiros, andorinhas, gralhas, chapins e até, as consideradas raridades (cisne-mudo, ganso-de-faces-pretas e mergulhão-de-pescoço-castanho) já foram avistadas na lagoa, Aves de Portugal (*sem data*).

Na Lagoa de Óbidos, são identificados habitats como: o corpo de água, o sapal (zona de transição entre o meio terrestre e o aquático, trata-se de um local com elevada produtividade primária, sujeito às marés), o caniçal, a mata, o eucaliptal e as áreas agrícolas, Baptista (2005), Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – Instituto da Água (*sem data*).

As características que compõem a Lagoa de Óbidos, apresentam particularidades e atributos que lhe conferem uma grande importância ao nível ambiental e social, sendo considerada umas das Paisagens Notáveis e Sítio de Interesse, a incluir na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental. Trata-se assim de uma zona húmida única na região, com tendência natural para o assoreamento, cuja união entre os meios aquático e terrestre, destacam inúmeros valores naturais com biodiversidade considerável, que lhe atribuem elevado interesse paisagístico e cultural, GIPP, Lda. – Gestão Integrada de Projetos e Planeamento (2010).

A Lagoa de Óbidos é ainda destacada na Resolução do Conselho de Ministros nº 64 – A/ 2009, como Área Nuclear Secundária, áreas identificadas como espaços de grande valor ecológico que devem ser objeto de estudo e classificação municipal ou intermunicipal, uma vez que fazem parte da identidade regional. Contudo, apesar do reconhecimento da sua importância, a Lagoa de Óbidos não possui qualquer estatuto de proteção.

Com o intuito de combater o assoreamento natural da Lagoa de Óbidos, foi projetado em 1997 um Plano de Intervenção, sendo este concluído apenas em 1999, data em que foi realizada a primeira intervenção no corpo da lagoa e respetiva embocadura (também denominada de “aberta”), com contenção em estacas-prancha. Também neste ano, estavam previstas as seguintes ações: monitorização da morfologia da lagoa e área envolvente, definição do perímetro interno, ordenamento e recuperação das margens, primeiras dragagens para reabilitação da cabeceira, realização de um Plano Geral de Dragagens e de um Plano de Deposição de Dragados. Contudo, é importante referir, que algumas destas ações seriam replicadas nos anos seguintes, como era o caso das dragagens, uma vez que se verificava (e verifica) a incorreta ocupação das margens e o aumento do uso e ocupação do solo, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – Instituto da Água (*sem data*).

FIGURA 3.1 LOCALIZAÇÃO DA LAGOA DE ÓBIDOS



FORTE: [HTTP://NATURLINK.SAPO.PT](http://NATURLINK.SAPO.PT)

Conforme referido anteriormente, a Lagoa de Óbidos (ver figura 3.1) faz fronteira terrestre com o concelho de Caldas da Rainha a Norte (com as freguesias de Foz do Arelho e Nadadouro) e com o concelho de Óbidos a Sul (freguesias do Vau e Santa Maria). Sendo que o seu acesso a partir de Caldas da Rainha (Norte), é realizado pela Avenida Atlântica ou pela N360 até à Foz do Arelho. Enquanto que a partir de Óbidos (Sul), o trajeto é realizado pela EM575 e pela EM573.

Na área envolvente à lagoa, existem dois balneários, o da praia da Foz do Arelho e o do Parque de Campismo e Caravismo a mesma, mas também lavabos públicos (masculino e feminino) no Parque de Merendas da Lagoa de Óbidos. Contudo, as condições apresentadas em ambos poderiam e deveriam ser melhoradas a vários níveis, nomeadamente no que refere às suas infraestruturas, equipamentos e condições.

Atualmente a Lagoa de Óbidos é regulamentada na sua área total pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, contudo também os presidentes de câmara dos concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos, têm contribuído para a sua gestão.

Como a Lagoa de Óbidos está localizada em dois municípios distintos, Caldas da Rainha e Óbidos, é necessário descrevê-los para que se entenda o contexto cultural, social e económico de ambos, pelo que o próximo sub-capítulo refletir-se-á sobre os mesmos.

3.1.1 Concelho de Caldas da Rainha

Localizada na Região Centro/ Estremadura de Portugal, Caldas da Rainha pertence ao distrito de Leiria (distanto aproximadamente 50km do mesmo), detém 12 freguesias (A-dos-Francos, Carvalhal Benfeito, Alvorinha, Foz do Arelho, Landal, Nadadouro, Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, Salir de Matos, Santa Catarina, Santo Onofre e Serra do Bouro, Tornada e Salir do Porto e Vidais), apresenta uma área de 255.87 km² e conta com 51.727 habitantes. Faz fronteira a Norte com Alcobaça, a Leste com Rio Maior e a Sul com o Bombarral, Cadaval e Óbidos, Instituto Nacional de Estatística (2014), Município de Caldas da Rainha (*sem data*).

Foi em Agosto de 1484, que a Rainha D. Leonor assistiu a um banho público de pobres esfarrapados e doentes, a banharem-se em águas de odor intenso com condições tão desumanas que a levaram a construir no ano seguinte naquele local, aquele que seria o primeiro Hospital Termal do Mundo, o Hospital Termal de Caldas da Rainha, primeiramente denominada Caldas de Óbidos e mais tarde Caldas da Rainha, elevada a vila em 1511, Município de Caldas da Rainha (*sem data*). Ainda hoje, o hospital é procurado para tratamento de problemas dermatológicos e ósseos, tendo em conta as características das suas águas ricas em enxofre.

Trata-se de uma cidade com elevado interesse Museológico, uma vez que se encontram um pouco por todo o concelho variados museus, nomeadamente o Museu do Hospital e das Caldas, o Museu da Cerâmica, o Atelier-Museu António Duarte, o Atelier Museu João Fragoso, o Museu da Fábrica das Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, o Museu Barata Feyo, entre outros, Guia da Cidade (*sem data*).

Considerada uma das atrações principais do município, a Praça da República, mais conhecida por “Praça da Fruta”, apresenta uma variedade de cores, sabores e cheiros característicos do Oeste. Em seu redor, encontram-se os edifícios mais antigos da cidade, datados do século XIX, cujas fachadas apresentam muitas vezes, elementos característicos do trabalho humorístico de Rafael Bordalo Pinheiro, como é o caso das andorinhas, dos azulejos, dos sapos e rãs, entre outros. A cidade é também conhecida pelas suas malandrices, as peças de cerâmica fálidas, outrora oferecidas pelo Rei D. Luís I de Portugal aos seus amigos, Guia da Cidade (*sem data*).

Trouxas-de-ovos, cavacas, lampreias de ovos e beijinhos, fazem parte da doçaria típica caldense, assim como o ensopado de enguias, o bacalhau dourado e o cozido à portuguesa, são pratos típicos da região.

Na sua maioria os habitantes da Zona Oeste dedicavam-se sobretudo à agricultura, sendo o turismo, a pesca, a agropecuária e os serviços, atividades secundárias. Outrora, também a apanha de limos na Lagoa de Óbidos, permitia aos habitantes em redor fertilizar as terras e assim, melhorar as suas condições agrícolas, Parreira (1999).

3.1.2 Concelho de Óbidos

Localizado na Zona Oeste de Portugal, Óbidos pertence ao distrito de Leiria (distanto 62 km deste), conta com 7 freguesias (A-dos-Negros, Amoreira, Olho Marinho, Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa, Vau, Gaeiras e Usseira), tem uma área geográfica de 141.56 km² e 11.674 habitantes, Instituto Nacional de Estatística (2014). A aproximadamente 80 km da capital, apresenta assim uma localização privilegiada, sendo várias as vias de acesso disponíveis para tal, como automóvel, autocarro e comboio.

Face à proximidade à costa atlântica, acredita-se que a região despertou interesse de vários povos invasores da Península Ibérica, nomeadamente, Lusitanos (século IV a.C), Romanos (conquistada a vila no século I), Visigodos (século V a VI) e Muçulmanos (século VIII), Freguesia Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa (2014).

De origem romana (o vocábulo “*oppidum*” – terra fortificada – daria mais tarde nome à vila, termo latim atribuído pelos romanos para locais de grande importância para a população local), o Castelo de Óbidos foi mais tarde fortificado sob domínio árabe, sendo conquistado pelos cristãos em 1148 e fazendo parte do pentágono defensivo (dos cinco castelos) concebido pelos Templários. Por Óbidos passaram grande parte das rainhas de Portugal, uma vez que a Vila pertencia à Casa das Rainhas - extinta em 1834 – tendo por sua vez, sido sucessivamente doada às rainhas, como a D.^a Urraca, D.^a Isabel, D.^a Leonor Teles, Filipa de Lencastre entre outras. Face à fidelidade demonstrada pela povoação e castelo, para com D. Sancho II, aquando a sua deposição, Óbidos mantém ainda hoje, o título “Mui nobre e sempre leal”, ainda hoje presente no seu brasão de armas Câmara Municipal de Óbidos (2015), Óbidos (2015).

Foi entre 1148 e 1185 no reinado de D. Afonso Henriques, que foram criadas zonas para os indivíduos discriminados socialmente, designadamente, Caldas de Óbidos (atualmente Caldas da Rainha), onde permaneciam os condenados por crimes em A-dos-Negros para os Mouros, Concigraf – Publicidade e Meios de Comunicação, Lda. (*Sem data*). Considerado um símbolo de poder e autonomia judicial, foi erguido a 20 de Agosto de 1513, na Praça de Santa Maria um Pelourinho, depois de D. Manuel atribuir um Foral a Óbidos (documento legislativo que define as regras de funcionamento da vila em paralelo com as da Coroa e membros da comunidade civil). O monumento composto por uma coluna, três degraus e uma pinha coroada, evidencia ainda marcas de uma argola metálica, possivelmente onde os condenados foram expostos e humilhados publicamente, Freguesia Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa (2014), SFSoluções (2006).

Foi com o terramoto de 1755 que grandes partes da muralha, templos e edifícios ficaram derrubados, nomeadamente, a Torre do Relógio (ou Torre Albarrã, que apresentava uma função mais civil que militar, uma vez que foi o Primeiro Paço do Concelho, casa do tesouro e cadeia) e a escada exterior de acesso ao à Torre de D. Fernando (Torre de Menagem, 1869), sendo evidentes as alterações na traça dos edifícios de origem árabe e medieval, SFSoluções (2006).

A 23 de Junho de 1910 foi publicado em Decreto, que a vila de Óbidos, o castelo e toda a construção urbana, foram classificados como “Monumento Nacional”, Freguesia Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa (2014).

Mais tarde, em 1973, a Vila de Óbidos foi o cenário escolhido para a reunião anterior à Revolta do 25 de Abril de 1974, pelo qual ficou ligada ao Movimento dos Capitães (oficiais intermédios e subalternos das Forças Armadas), Óbidos (2015).

A cerâmica, a pintura e os bordados, fazem ainda hoje parte da economia base do concelho de Óbidos. Procurado também por visitantes durante as cerimónias da semana santa, especialmente a Procissão do Senhor dos Passos, assim como, as festas de Sant’Ana e da Batalada, realizadas no pinhal durante o mês de Setembro. Atualmente são diversos os eventos realizados na vila, nomeadamente, ao nível cultural e social, como a Feira Medieval, a Vila Natal, a Feira do Chocolate, o Festival de Música Antiga/ Clássica, Concigraf – Publicidade e Meios de Comunicação, Lda. (*Sem data*).

Também na literatura, Óbidos se destaca, com poemas de Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão e de seu filho, Padre Francisco Rafael da Silveira Malhão, Concigraf – Publicidade e Meios de Comunicação, Lda. (*Sem data*).

Contudo era na pesca marítima, profissional ou amadora, que grande parte da população se concentrava, uma vez que tinham boas condições para a atividade e facilmente contribuía para a dieta alimentar, havendo uma grande quantidade de peixes de rio e marisco. A Lagoa de Óbidos, cujas dimensões e riqueza piscícola atraíam inúmeros pescadores profissionais, especialmente durante os meses em que a pesca era realizada em alto mar, também já manifestava algum assoreamento, o que prejudicava o fornecimento piscícola às povoações em redor, Silva (2008).

3.2 Instrumentos de recolha de dados

O meio selecionado para a recolha de dados foi a entrevista pessoal, uma vez que esta pode ser facilmente preenchida pela investigadora e permite esclarecer eventuais dúvidas do entrevistado, assim como, recolher informações adicionais. Nesta investigação, foi utilizado apenas um instrumento de recolha aplicado à população local e em redor da Lagoa de Óbidos.

O instrumento divide-se em três partes, sendo a primeira e a segunda (impactos do turismo e políticas de desenvolvimento do turismo na Lagoa de Óbidos, respetivamente) avaliadas por uma escala de Likert com sete pontos que variam do 1 ao 7, com as seguintes opções: concordo totalmente, concordo, concordo parcialmente, discordo parcialmente, discordo, discordo totalmente e sem opinião, para assim perceber qual é a visão que a população tem acerca dos impactos turísticos na Lagoa de Óbidos e que medidas (ambientais, sociais ou culturais) devem ser implementadas a curto prazo. A terceira parte é composta por sete questões relativas à caracterização sociodemográfica do entrevistado: localidade de residência, idade, género, nível de educação, atividade profissional, em que medida os seus rendimentos dependem da lagoa e/ou da atividade turística.

O instrumento foi aplicado à população local dos dois concelhos, Caldas da Rainha e Óbidos, sendo o critério de escolha dos entrevistados, terem idade superior a 18 anos e serem residentes permanentes nos municípios.

3.3 Amostragem e método da aplicação dos instrumentos

Inicialmente foi aplicado um pré-teste a 20 familiares e amigos residentes nos concelhos em estudo, após aplicação do mesmo foi melhorado o instrumento final de recolha para a presente pesquisa.

O tamanho da amostra foi de 178 entrevistados, sendo 146 indivíduos de Caldas da Rainha (pressupõe-se Caldas da Rainha, Nossa Sr.^a Pópulo, Foz do Arelho, Santo Onofre, Tornada, Nadadouro, Serra do Bouro, Coto, Salir do Porto, A-dos-Francos e Vau) e 32 de Óbidos (contando com as localidades de Óbidos, Gaeiras, A-dos-Negros, Santa Maria, Amoreira e

Olho Marinho). Todos os questionários foram realizados de forma anónima, possibilitando assim maior discrição por parte dos inquiridos.

As entrevistas foram aplicadas nos dois municípios, durante os seguintes períodos: entre os dias 25 de Outubro e 29 de Novembro de 2014, entre 11 de Janeiro e 15 Março de 2015 e entre 6 e 12 de Junho de 2015, pela própria investigadora, no idioma local (Português). A área de abrangência da pesquisa foi a zona envolvente à Lagoa de Óbidos, nomeadamente: Foz do Arelho, Bom Sucesso, Vau, Nadadouro, Caldas da Rainha e Óbidos.

3.4 Análise dos Resultados

A análise estatística dos resultados foi realizada com o auxílio do programa IBM SPSS Statistics 22, a análise e enumeração dos grupos de questões e respostas às entrevistas foram registadas no programa Microsoft Excel 2013 e a descrição do tema em investigação, assim como respetivas análises e conclusões, no programa Microsoft Word 2013.

Primeiramente, as questões fechadas foram transformadas em tabelas com os vários níveis da escala de Likert, que variam do estado de concordância total ao de discordância total, conforme referido anteriormente. Para facilitar a análise e compreensão dos resultados, as categorias “Concordo totalmente” e “Concordo”, “Discordo totalmente” e “Discordo”, foram estudadas simultaneamente.

Nas questões fechadas de caracterização sociodemográfica, as respostas foram agrupadas em categorias de análise para facilitar a investigação, o nível de educação subdivide-se em cinco áreas (básico menos que 4º ano, básico 5º ao 9º ano, secundário, superior e outro), a atividade profissional em seis (trabalhador por conta de outrem, estudante, profissional liberal/empresário, reformado, desempregado e outro) e os rendimentos dependentes da Lagoa de Óbidos e da atividade turística em três (na totalidade, parcialmente e não dependo).

Os resultados e discussão serão abordados em duas partes, primeiramente a descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados e depois, os resultados (análise das perceções dos residentes e análise de clusters) de acordo com a ordem das questões. As questões da escala

de concordância foram categorizadas em económicas, socioculturais, ambientais e de desenvolvimento local, para facilitar a interpretação dos resultados.

3.4.1 Perfil sociodemográfico da amostra

Os entrevistados estão equitativamente divididos no que refere ao género (feminino 50% e masculino 50%), mas face a uma diferença de décimas prevalece o sexo feminino (conforme tabela 3.1). Residem maioritariamente em Caldas da Rainha (82%), tendo essencialmente idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos e os 45 e os 54 anos. Mais de 35% detêm ensino superior e secundário, sendo que 55% são trabalhadores por conta de outrem, dos quais 17% dependem parcialmente da Lagoa de Óbidos no que refere aos seus rendimentos e apenas 9% dependem totalmente da atividade turística.

TABELA 3.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA AMOSTRA

Género	Feminino	50,3%
	Masculino	49,7%
Idade	18-24	12,9%
	25-34	21,9%
	35-44	19,1%
	45-54	23%
	55-64	14%
	65-74	8,4%
	>75	0,6%
Educação	Básico (< 4º ano)	7,3%
	Básico (5º ao 9º ano)	18%
	Secundário	35,4%
	Superior	39,3%

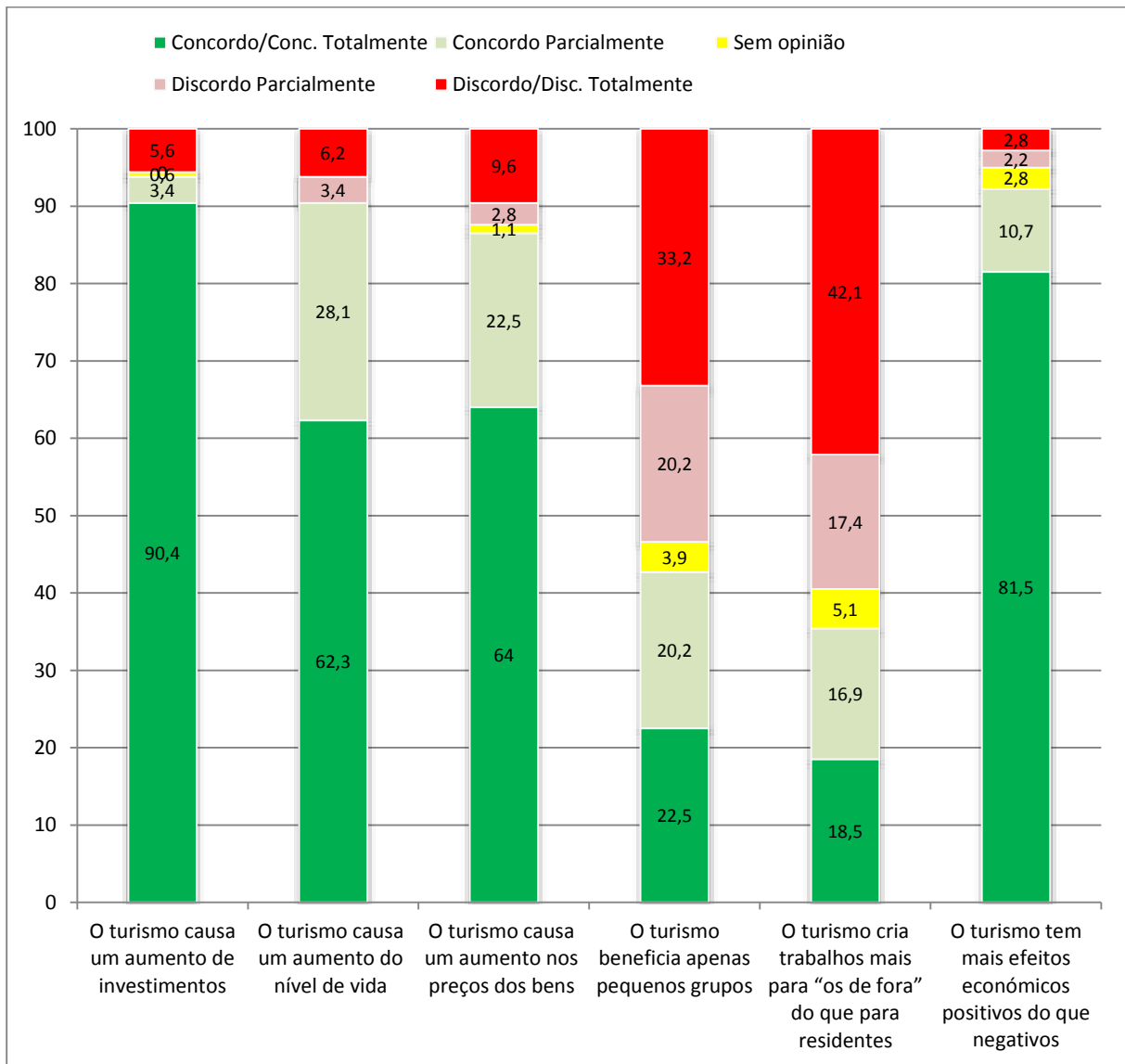
Atividade Profissional	Trabalhador por conta de outrem	55,1%
	Estudante	8,4%
	Profissional liberal/ empresário	14%
	Reformado	14%
	Desempregado	8,4%
Rendimentos dependem da Lagoa de Óbidos	Na totalidade	3,4%
	Parcialmente	17,4%
	Não depende	79,2%
Rendimentos dependem da atividade turística	Na totalidade	9%
	Parcialmente	27%
	Não depende	64%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

3.4.2 Análise das perceções dos residentes

Quanto aos **impactos económicos**, na sua maioria os inquiridos defendem que o turismo causa um aumento de investimentos (90%), contribuindo assim para um aumento do nível de vida (62%) e consequentemente, do preço dos produtos e serviços (64%). Quando questionados sobre o aumento do nível de vida, a percentagem de inquiridos que concordou corresponde maioritariamente a indivíduos com nível de ensino secundário e superior (40 e 36 respetivamente), o que nos leva a concluir que estes estão mais conscientes para os benefícios e consequências da atividade turística, ao contrário do grupo de indivíduos com ensino básico (básico menos que o 4º ano 7% e básico entre o 5º e 9º ano 28%) (ver figura 3.2).

FIGURA 3.2 PERCEÇÕES DOS RESIDENTES SOBRE OS IMPACTOS ECONÓMICOS DO TURISMO



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

As dúvidas surgem quando questionados sobre o benefício e emprego gerados pela atividade. Enquanto que 23% dos indivíduos concordam que o turismo beneficia apenas pequenos grupos, 20% concordam parcialmente e 33% discordam da situação. Contudo, quando se cruza a questão com as variáveis educação, idade e atividade profissional, verificam-se alguns pontos pertinentes:

- ✓ Uma vez que a amostra é composta na sua maioria por indivíduos com idades entre os 25 e os 54, que por sua vez detêm ensino secundário e superior, sabe-se que estes na sua maioria discordam da afirmação, no entanto os inquiridos entre os 25 e os 34 anos revelam algumas dúvidas, uma vez que o mesmo número de pessoas que concorda com a afirmação, é igual ao que discorda, possivelmente por estarem em início de carreira profissional;
- ✓ São os trabalhadores por conta de outrem que apresentam resultados mais diversificados, embora mais de 33 indivíduos discordem da afirmação, 21 concordam parcialmente e 19 concordam com a mesma. Já os estudantes têm algumas dúvidas, uma vez que o número de indivíduos que concorda parcialmente é igual ao que discorda parcialmente (5 em cada).

Do mesmo modo que, 42% discordam e 19% concordam que o turismo cria mais emprego para os “de fora” que para os residentes. Uma vez mais, é o grupo de indivíduos que trabalha por conta de outrem que apresenta respostas mais variadas, contudo das 98 respostas destes, mais de 45 trabalhadores discordam da afirmação, enquanto que 14 concordam e 16 e 17 concordam e discordam parcialmente respetivamente.

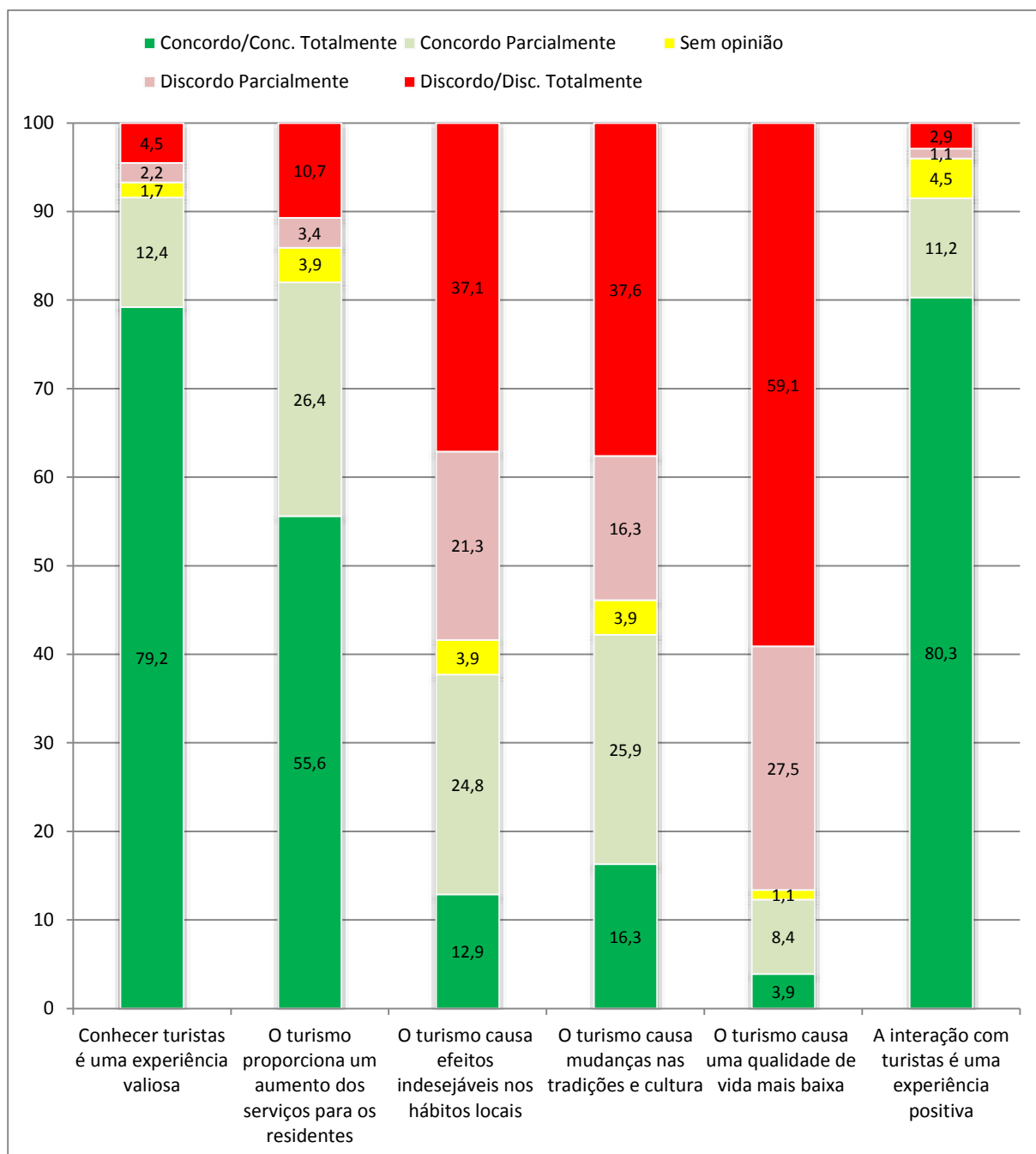
Quanto aos impactos económicos da atividade turística, concordam que esta tem mais efeitos económicos positivos, do que negativos, pois mais de 80% confirmam-no. Sendo que, dos inquiridos que dependem na totalidade da atividade (16 pessoas) 69% concordam e dos 48 que dependem parcialmente da mesma, 77% também responderam afirmativamente, até mesmo os questionados que não dependem da atividade reconhecem que esta trás benefícios económicos para o destino (85% concordam).

Na sua maioria, os inquiridos defendem que o turismo contribui para o aumento de investimentos e nível de vida, apesar de aumentar o preço de produtos/ serviços, os seus efeitos económicos são mais benéficos que prejudiciais.

Ao nível dos **impactos socioculturais**, os inquiridos concordam que: é benéfico interagir e conhecer turistas (80% e 79% respetivamente), aumentam os serviços disponíveis para a comunidade residente (56%), a qualidade de vida é mais elevada (59%), há interesse na

cultura local (76%), valorizam-se as tradições e costumes (61%) e recuperam-se edifícios históricos (54%) (ver figura 3.3).

FIGURA 3.3 PERCEÇÕES DOS RESIDENTES SOBRE OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DO TURISMO (I)

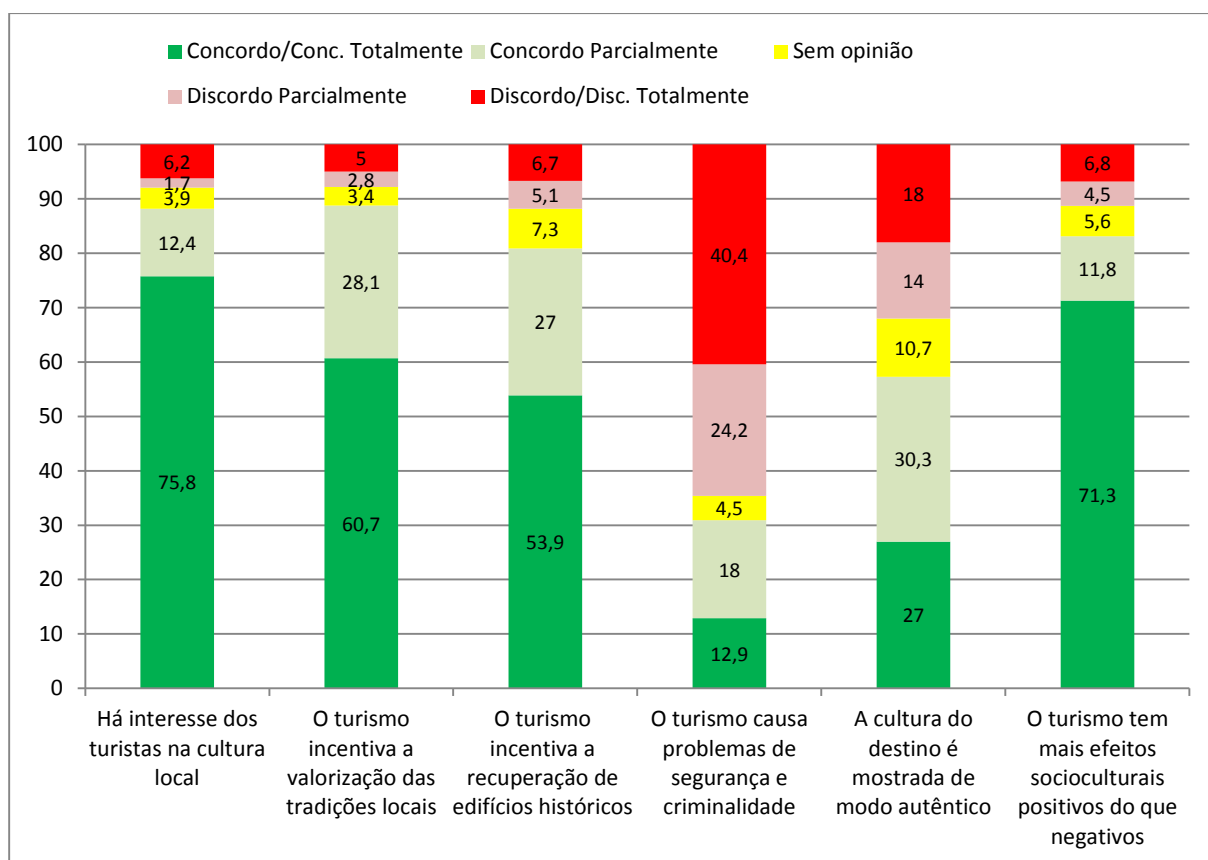


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Já as questões relacionadas com os efeitos indesejáveis do turismo nos hábitos locais e as mudanças nas tradições e cultura, suscitaram algumas dúvidas, na medida em que, apesar de 37% discordarem em ambas, na primeira, 25% concordam parcialmente com a afirmação e 21% discordam parcialmente da mesma (apenas 13% concordam), e na segunda, 26% concordam parcialmente e a mesma percentagem (16%) discorda parcialmente e concorda com o que é dito. Também a forma como a cultura é mostrada parece ter sofrido algumas alterações, pois quando questionados sobre a autenticidade da mesma, revelaram algumas incertezas: 30% dos inquiridos concorda apenas parcialmente, 27% concordam e 18% discordam.

Deste modo, é importante continuar a preservar e conservar a cultura, as tradições e costumes locais, para que estes não se percam/ associem com os de outros povos, pois apesar dos inquiridos considerarem que o turismo incentiva a valorização das tradições locais, reconhecem que este também pode contribuir para mudar as mesmas (ver figura 3.4).

FIGURA 3.4. PERCEÇÕES DOS RESIDENTES SOBRE OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DO TURISMO (II)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Relativamente ao crime e segurança, os indivíduos confessaram que não é o turista quem rouba, mas é ele o principal atrativo para os marginais. Apesar de 40% discordarem que o turismo causa problemas de segurança e criminalidade, 24% discordam parcialmente e 18% concordam parcialmente com a afirmação. Tal poderá dever-se ao facto de, conforme referido acima, o turista aliciar os criminosos para o ato de roubo e/ou vandalismo, o que consequentemente gera mais instabilidade e insegurança.

Os resultados da pesquisa, revelam que o turismo tem mais efeitos socioculturais positivos do que negativos, uma vez que mais de 70% dos inquiridos concordaram que a atividade turística beneficia a sociedade e cultura locais. Apenas 12% concordam parcialmente com a afirmação, o que nos leva a acreditar que para potenciar os efeitos positivos do turismo, é

necessário continuar a reduzir os negativos, para que o seu impacto seja cada vez mais pequeno.

Pode considerar-se que os **impactos ambientais** foram a categoria que mais incerteza gerou nos entrevistados, pois as respostas apresentadas são bastante diversificadas.

No que refere aos padrões de qualidade ambiental das estruturas e negócios turísticos, 35% afirmam que estes não têm padrões mais elevados de qualidade, enquanto que 24% concordam parcialmente com a afirmação e apenas 19% estão de acordo com a mesma. Ao relacionar a questão com os “rendimentos dependentes da atividade turística”, verifica-se que dos inquiridos dependentes, apenas 12,5% concordam e mais de 37% discordam. Também para aqueles cujos rendimentos dependem em parte da atividade, se observa uma percentagem superior de discordância (31%), face aos 27% de concordância e o mesmo para os que não dependem, onde mais de 35% refere que as estruturas e negócios turísticos não têm padrões mais altos de qualidade. Associando ainda o nível de educação, sabe-se que dos inquiridos com nível de formação superior apenas 34% concordam parcialmente e com a mesma percentagem, 24%, discordam parcialmente e discordam.

Face aos resultados apresentados, conclui-se que os setores de atividade locais relacionados com o turismo, não têm vindo a demonstrar um elevado nível de preocupação ou sensibilização ambiental. Como exemplo, referem-se os resorts construídos na área envolvente à Lagoa de Óbidos, cujos químicos provenientes dos campos de golfe, entram em contacto com o solo e subsolo e conseqüentemente água, poluindo ambos.

Tal como já foi mencionado, a atividade turística traz benefícios e receita para os destinos e comunidades residentes, contudo também gera impactos negativos que têm repercussões a vários níveis. É nas questões relacionadas com os impactos negativos que se verificam mais disparidades nas respostas.

No que refere ao excesso de visitantes em função da atividade turística, mais de 40% acreditam que tal não se verifica, no entanto, 26% concordam parcialmente. São os indivíduos com ensino secundário e superior que apesar de discordarem que o turismo causa problemas

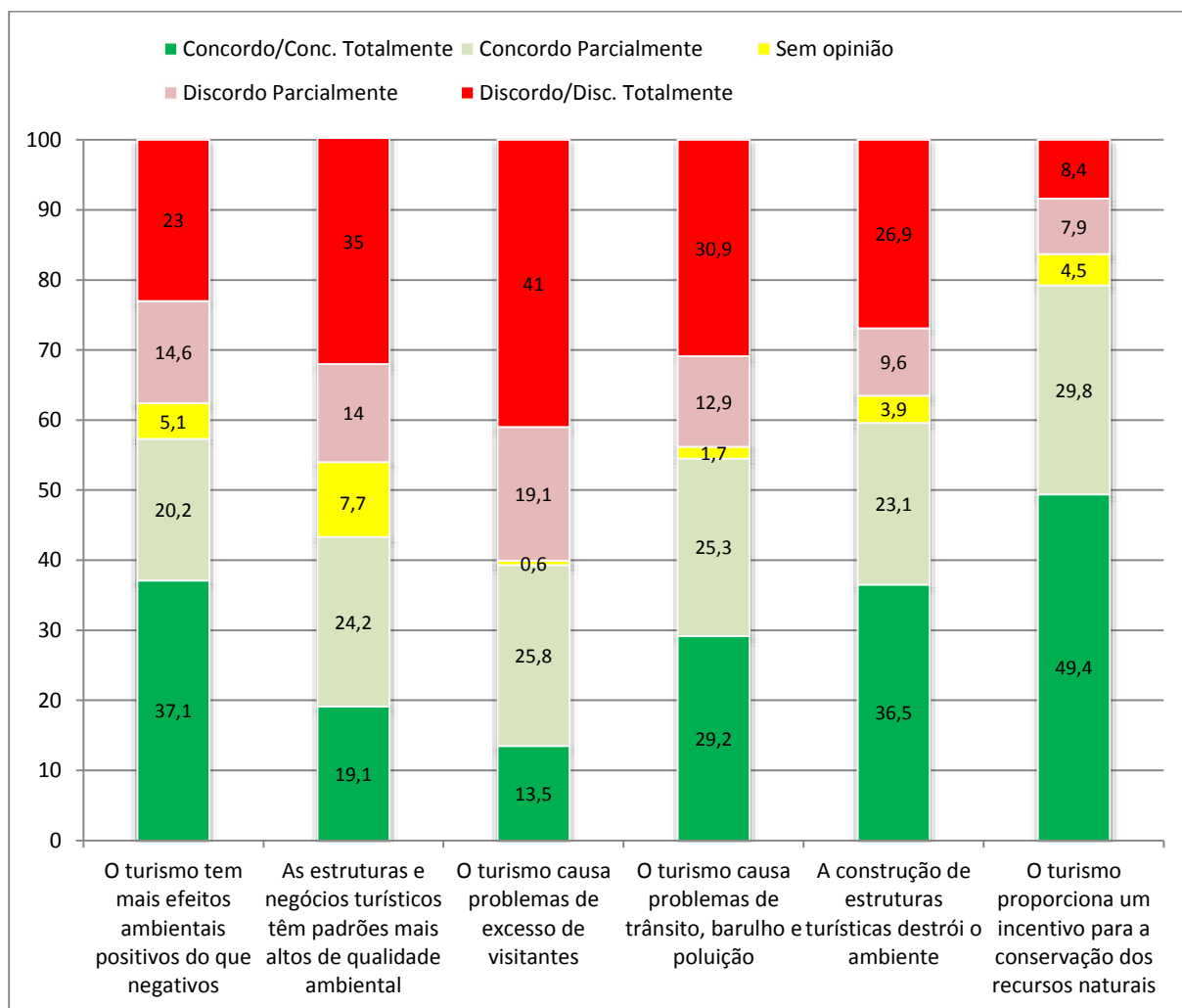
de excesso de visitantes, revelam maiores diferenças de resposta, pois para o primeiro nível de formação apesar de 25 pessoas discordarem, 17 discordam parcialmente (o que levanta algumas dúvidas) e para ensino superior, quando 27 discordam, 26 concordam parcialmente. Tais resultados devem-se ao facto de cada vez mais as pessoas estarem informadas, educadas e sensibilizadas para os impactos ambientais e para a importância de preservar e conservar o meio ambiente.

Apesar de na sua maioria, os inquiridos referirem que não existem visitantes em excesso, os inquiridos que dependem parcialmente da atividade turística, apresentem algumas dúvidas, 25% discordam parcialmente e 21% concordam parcialmente. Já para quem depende na totalidade, 31% discordam e a mesma percentagem concorda parcialmente. As respostas dadas por aqueles que não dependem, apresentam resultados mais diversificados, mas ainda assim, a discordância permanece em primeiro lugar, seguida da concordância parcial (27%).

O trânsito, a poluição e o barulho são também alguns dos impactos negativos que podem derivar da atividade turística. Mais de 30% dos questionados referem que o turismo não causa estes problemas no local de estudo, contudo 29% são a favor e 25% concordam parcialmente, o que nos leva a concluir que possivelmente poderão ter um impacto negativo superior a curto prazo. Uma vez mais, são os indivíduos com nível de formação secundária ou superior que apresentam resultados mais diversificados, pois em ambos os casos, mais de 21 discordam da afirmação e mais de 14 concordam com a mesma, havendo ainda 37 com dúvidas (14 com nível secundário e 23 com ensino superior, que concordam parcialmente). Alguns inquiridos referiram que não são os turistas estrangeiros quem polui os espaços e provoca desordem no trânsito, mas sim o próprio português, o que pode ter que ver com os valores de cada país. Em alguns países da Europa, observa-se uma preocupação acrescida dos indivíduos para com os espaços verdes, a poluição, os transportes etc., pelo que se considera pertinente consciencializar e formar os portugueses nesse sentido, pois o turismo e o destino turístico, dependem da correta gestão dos recursos culturais e naturais. Confirmou-se uma vez mais que a proveniência dos rendimentos (da atividade turística) pode dar origem a resultados curiosos: quem depende parcialmente discorda na maioria, mas é imediatamente seguido por um número de pessoas de concorda (18 e 14 respetivamente); os que não dependem estão ainda mais hesitantes, uma vez que mais de 30 é o número de pessoas que discordam, que concordam parcialmente e que concordam.

Conforme os destinos turísticos vão evoluindo, a tendência é ir aumentando o número de infraestruturas, edifícios e serviços disponíveis. No presente estudo, 37% dos inquiridos concordam que a construção de infraestruturas turísticas destrói o meio ambiente, embora a resposta não seja unânime, pois 27% discordam de tal facto. Verifica-se novamente que são os inquiridos com ensino secundário e superior (que dependem parcialmente ou não da atividade) que detêm maior sensibilidade para o tema ambiental, uma vez que reconhecem que a construção de infraestruturas turísticas prejudicam o ambiente, quando construídas desmesuradamente. Alguns dos inquiridos mencionaram ainda, que as infraestruturas turísticas de Foz do Arelho estão a ser construídas de forma descontrolada, sem respeitar qualquer planeamento de território (ver figura 3.5).

FIGURA 3.5 PERCEÇÕES DOS RESIDENTES SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

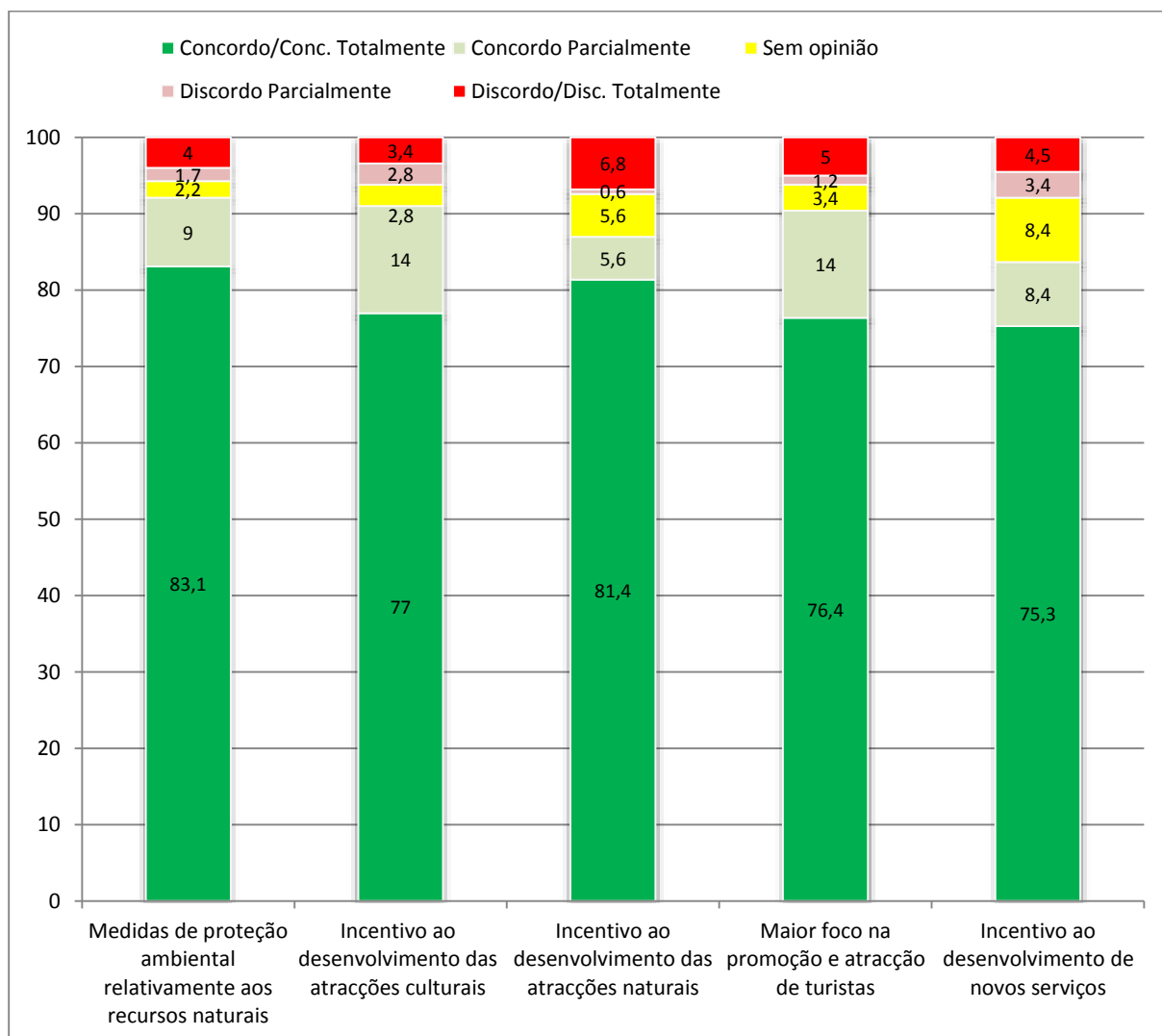
Tal como já foi referido anteriormente, a atividade turística depende da correta gestão e utilização dos recursos naturais, culturais e ambientais, visando reduzir os seus impactos negativos e aumentar os positivos, para assim garantir uma atividade sustentável. Deste modo, é necessário conservar e proteger os recursos existentes, especialmente os naturais. De acordo com os dados recolhidos, 49% da amostra acredita que o turismo contribui para a conservação e preservação dos recursos naturais e 30% concordam parcialmente com a mesma frase (pensa-se que a concordância parcial se deve ao facto de ser necessário a própria comunidade ter iniciativa para preservar o destino e não o fazer apenas em função dos fluxos turísticos. Durante a presente pesquisa, ocorreu uma ação de limpeza nas margens da Lagoa de Óbidos, onde aproximadamente 90% dos participantes eram alemães ou

ingleses que adquiriram um imóvel local e 10%, os turistas portugueses com caravanas no parque de campismo, sendo que todos os voluntários tinham idade superior a 55 anos –à exceção da investigadora-).

Face às questões colocadas até agora, é importante perceber se o turismo tem mais efeitos ambientais positivos do que negativos, onde 37% dos questionados concordam, no entanto observam-se algumas incertezas: 23% não estão de acordo com a afirmação, 20% concordam parcialmente e 15% discordam parcialmente. Os resultados apresentados indicam novamente que as temáticas abordadas durante o ensino secundário e superior, têm contribuindo para a formação e consciencialização dos indivíduos, assim como, destacam a importância de preservar e conservar os destinos turísticos.

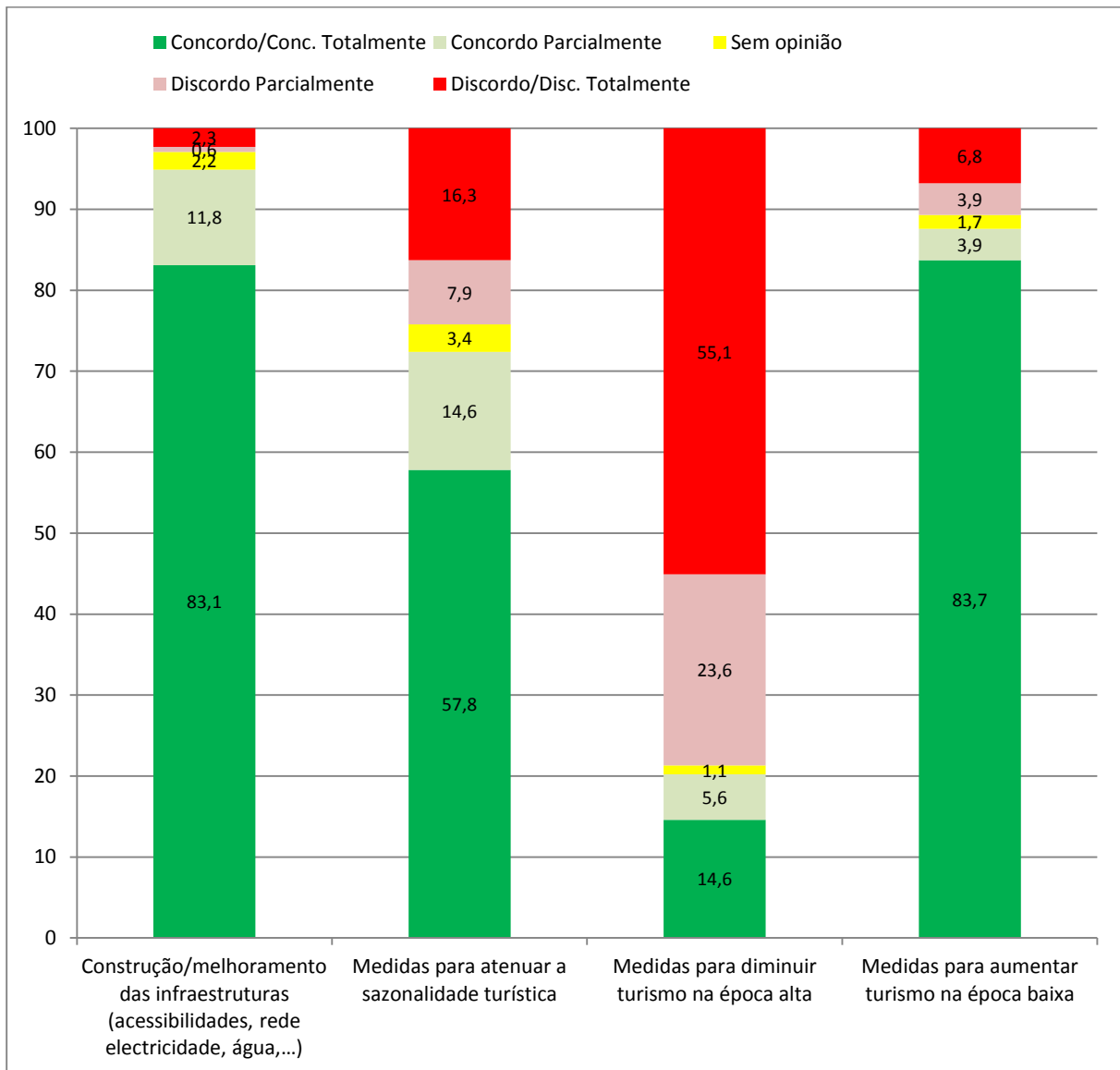
Para que os recursos naturais e culturais, sejam devidamente preservados e conservados é necessária a implementação de **medidas políticas de desenvolvimento turístico** que garantam um crescimento económico sustentável. Assim e face aos resultados apresentados na segunda parte do questionário, sabe-se que é fulcral: executar medidas de proteção ambiental, desenvolver as atrações culturais e naturais, promover o destino ao longo de todo o ano (e não apenas no verão, para assim combater a sazonalidade), desenvolver novos serviços e melhorar os existentes (sobretudo ao nível das infraestruturas, acessos, estacionamento, balneários públicos, cais de embarque etc.) e aumentar o número de turistas em época baixa (ver figura 3.6 e 3.7).

FIGURA 3.6 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (I)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

FIGURA 3.7 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (II)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A atividade turística deve garantir a otimização dos recursos naturais, respeitar a autenticidade, tradições e costumes locais e assegurar a rentabilidade das atividades económicas a longo prazo.

De jeito conclusivo, no que refere às categorias estudadas é importante reter:

- ✓ O turismo causa um aumento de investimentos e do nível de vida, que por sua vez implica um aumento no preço dos produtos e serviços;

- ✓ O contacto direto com turistas é positivo e estes demonstram interesse na cultura local;
- ✓ O turismo contribui para um aumento dos serviços existentes (sendo que estes devem satisfazer primeiramente as necessidades da comunidade residente e só depois as dos turistas);
- ✓ As tradições, costumes e edifícios históricos locais, podem sofrer alterações (positivas ou negativas) em função dos fluxos turísticos que o destino recebe;
- ✓ É necessário envolver a comunidade residente nas tomadas de decisão e medidas políticas turísticas, para que valorize ainda mais os seus recursos e costumes. Mas também, inculcar-lhe valores sustentáveis e de preservação ambiental, para que tenham iniciativa em preservar e conservar os recursos;
- ✓ A categoria ambiental foi a que apresentou mais incertezas, pelo que a formação e educação na área devem ser contínuas e atualizadas sempre que possível (os indivíduos revelam alguma falta de conhecimento sobre o tema);
- ✓ É necessário: implementar medidas de proteção ambiental, desenvolver as atrações locais, promover o destino o ano todo (combater a sazonalidade), melhorar e desenvolver novos serviços (especialmente de apoio à praia e Lagoa de Óbidos) e aumentar o número de turistas em época baixa;
- ✓ A estabilidade profissional, a própria atividade e o nível de formação, influenciam as perceções dos indivíduos, o que posteriormente se reflete nas suas respostas;
- ✓ Inquiridos com ensino secundário e superior estão mais sensibilizados para algumas temáticas, nomeadamente ao nível dos impactos negativos do turismo (sejam eles económicos, socioculturais ou ambientais) e de formas de conservação e preservação de recursos;
- ✓ Maioritariamente o turismo tem mais efeitos positivos que negativos (em todas as categorias abordadas), contudo é fundamental continuar a aumentar os efeitos positivos e reduzir os negativos.

Quando devidamente planeado e gerido, o turismo pode potenciar e beneficiar muito um destino turístico, contudo, as medidas e atividades a implementar, devem sempre respeitar a comunidade residente, as suas características e os recursos existentes no local.

3.4.3 Análise de clusters

Com o objetivo de interligar e agrupar coerentemente os dados obtidos efetuou-se uma análise de clusters. A análise de clusters é um método estatístico multivariado que permite classificar um conjunto de indivíduos em grupos relativamente homogêneos, observando apenas as similaridades ou dissimilaridades entre eles (Maroco, 2003), de tal modo que os indivíduos pertencentes a um grupo são o mais semelhantes entre si e diferenciados dos restantes, podendo os grupos serem constituídos por variáveis ou casos.

Optou-se pela variante baseada no método de agrupamento não hierárquico por repartição designado por K-means, fundamentado na distância euclidiana e teve como critério de agregação das respostas, o critério centróide. Este método de análise consiste de um procedimento onde, dado um número de clusters previamente determinado, calcula pontos que representam os “centros” destes clusters e que são disseminados homogeneamente no conjunto de respostas obtidas através do questionário e movidos, heurísticamente, até alcançar um equilíbrio estático (Hair *et al*, 2010).

Pretendeu-se, assim, a segmentação baseada na simplificação estrutural das preferências, de forma a obter uma tipologia dos residentes a partir das suas perceções relativamente aos impactos da atividade turística.

Os resultados sugerem a existência de dois grupos bem definidos, com base nas perceções que revelam os residentes sobre os impactos e políticas turísticas a implementar na Lagoa de Óbidos, ou seja, dois segmentos de residentes com características diferenciadas. Foram considerados 178 inquiridos na análise cluster, sendo o grupo 1 composto por 93 casos e o grupo 2 por 85 casos.

Na tabela 3.2. descreve-se o perfil sóciodemográfico relativamente a cada um dos clusters determinados. Como se pode verificar, a estrutura de ambos os segmentos é relativamente semelhante entre si e em relação ao total da amostra, correspondendo o Cluster 1 a 52.2 % dos inquiridos e o Cluster 2 a 47.8 % dos inquiridos.

TABELA 3.2 CARATERIZAÇÃO DOS CLUSTERS OBTIDOS

	Cluster 1		Cluster 2	
n	93	52,2%	85	47,8%
Género				
Masculino	49	52,7%	41	48,2%
Feminino	44	47,3%	44	51,8%
Estrutura etária				
18-24	10	10,7%	11	12,9%
25-44	35	37,6%	36	42,4%
45-64	34	36,6%	36	42,4%
+ 65	14	15,1%	2	2,3%
Habilitações literárias				
Ensino básico (1-4)	9	9,7%	4	4,7%
Ensino básico (5-9)	15	16,1%	17	20%
Ensino secundário	32	34,4%	31	36,5%
Ensino superior	37	39,8%	33	38,8%
Situação profissional				
Por conta de outrem	42	45,2%	55	64,7%
Por conta própria	15	16,1%	10	11,8%
Estudante	9	9,7%	6	7,1%
Desempregado	7	7,5%	8	9,4%
Reformado	19	20,4%	6	7,1%
Dependência económica da Lagoa				
Na totalidade	5	5,4 %	1	1,2 %
Parcialmente	23	24,7 %	8	9,4 %
Não depende	65	69,9 %	76	89,4 %
Dependência económica do turismo				
Na totalidade	12	12,9 %	4	4,7 %
Parcialmente	28	30,1 %	20	23,5 %
Não depende	53	57,0 %	61	71,8 %

Fonte: Inquérito

Relativamente ao género, a representação em ambos os clusters é bastante equilibrada, o sexo masculino predomina ligeiramente no Cluster 1 e o feminino no Cluster 2. Quanto à estrutura etária, também se revela bastante equilibrada nos dois clusters, o Cluster 1 apresenta uma maior percentagem do grupo com 65 ou mais anos, enquanto no Cluster 2, predominam os grupos com idade entre os 25 e os 64 anos.

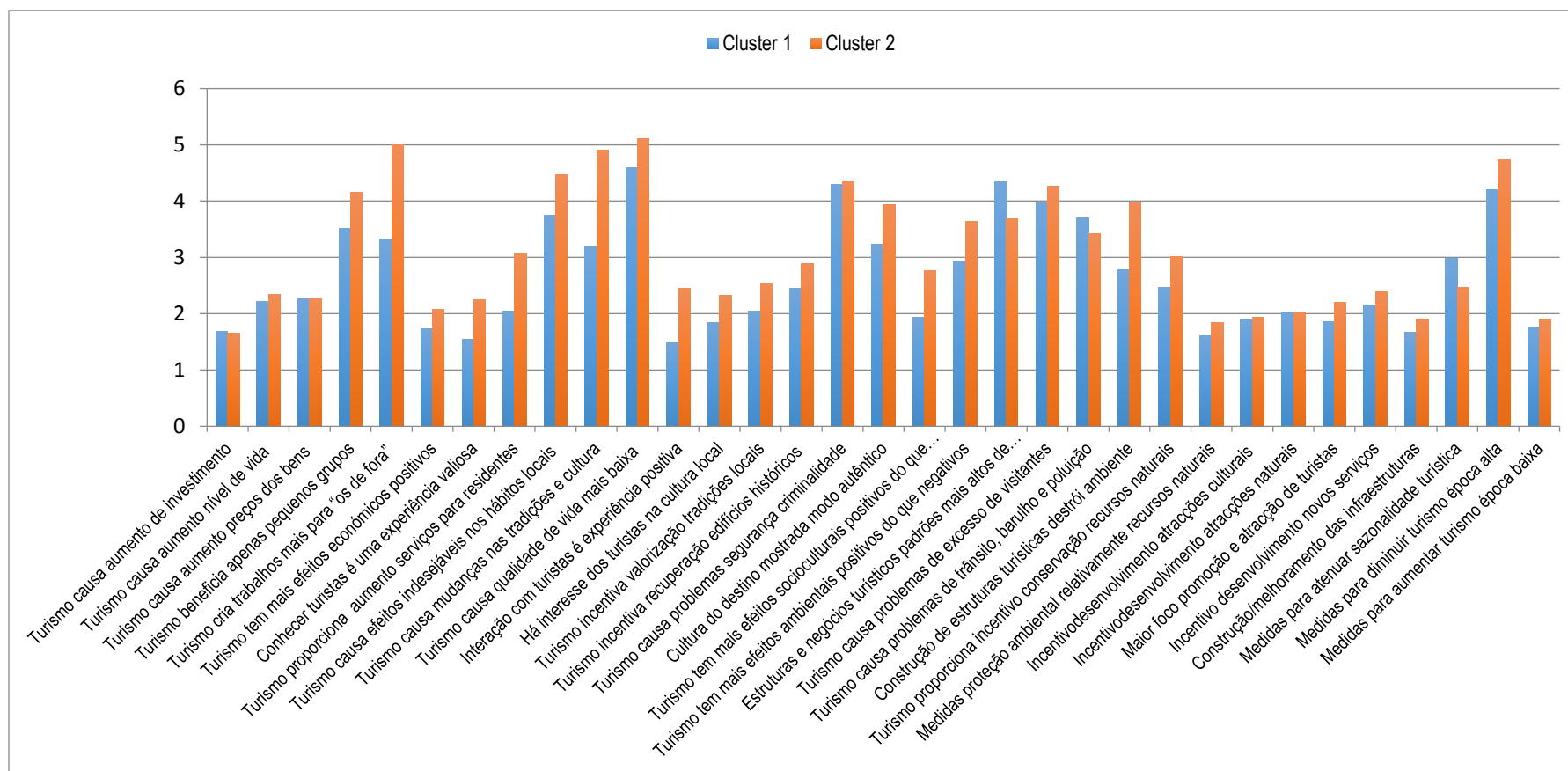
No que se refere às habilitações literárias, também aqui não se verificam diferenças significativas, uma vez que em ambos os clusters a maioria concluiu o ensino básico (9º ano) ou secundário. Relativamente à situação laboral a grande diferença entre os clusters reside na percentagem de reformados, os quais estão bastante mais representados no Cluster 1, com 20,4 % contrapondo aos 7,1 % do Cluster 2.

Quanto à dependência económica relativamente à Lagoa de Óbidos distinguem-se diferenças entre os clusters: o Cluster 1 revela uma maior percentagem de residentes que dependem total ou parcialmente (30,1 %) enquanto no Cluster 2 esta percentagem é de 10,6 %. Igualmente no que se refere à dependência económica da atividade turística o Cluster 1 apresenta um maior peso dos que dependem total ou parcialmente (43%), enquanto no Cluster 2 esse valor é de 28,2%.

A análise das médias das perceções relativas aos impactos e políticas da atividade turística na Lagoa de Óbidos por clusters permite identificar a importância relativa de cada dimensão para cada um dos segmentos. Na figura 3.8 pode observar-se o gráfico com a média das variáveis de cada segmento.

Foi realizado o teste t, teste adequado para a análise estatística da diferença entre médias. No que se refere aos casos específicos analisados a seguir (tabelas 3.3 a 3.6), o teste mostrou diferenças estatisticamente significativas para um intervalo de 95% de confiança (a significância associada ao teste t foi inferior a 0,05).

FIGURA 3.8 PERCEÇÕES DOS RESIDENTES: COMPARAÇÃO ENTRE CLUSTERS (MÉDIA)



1 = Concordo totalmente, 2 = Concordo, 3 = concordo parcialmente, 4 = Discordo parcialmente, 5 = Discordo, 6 = Discordo totalmente

Fonte: Inquérito

Para analisar as diferenças entre os dois clusters, em termos das respetivas perceções relativas às quatro dimensões: impactos económicos, impactos socioculturais, impactos ambientais, procedeu-se à comparação entre as médias de cada item, em cada dimensão, representadas nas tabelas 3.3 a 3.6.

Relativamente às perceções sobre os impactos económicos (Tabela 3.3), as principais diferenças entre o Cluster 1 e o Cluster 2 refletem-se nos itens “O turismo beneficia apenas pequenos grupos” e “ O turismo cria trabalhos mais para os de fora”. Quanto a este último o Cluster 2 discorda claramente enquanto o Cluster 1 permanece na fronteira entre a concordância parcial e discordância parcial.

TABELA 3.3 DIFERENÇAS ENTRE PERCEÇÕES: IMPACTOS ECONÓMICOS

	Cluster 1	Cluster 2	Diferença
Turismo causa aumento de investimento	1,69	1,65	0,04
Turismo causa aumento nível de vida	2,22	2,34	-0,12
Turismo causa aumento preços dos bens	2,26	2,27	-0,01
Turismo beneficia apenas pequenos grupos	3,52	4,16	-0,64
Turismo cria trabalhos mais para “os de fora”	3,32	5	-1,68
Turismo tem mais efeitos económicos positivos	1,73	2,07	-0,34

Fonte: Inquérito

Quanto às perceções sobre os impactos socioculturais (Tabela 3.4), neste caso o número de itens em que existem diferenças entre os dois clusters é maior. As principais diferenças entre o Cluster 1 e o Cluster 2 refletem-se nos itens “Turismo proporciona aumento serviços para residentes”, “Turismo causa mudanças nas tradições e cultura” e “Interação com turistas é uma experiência positiva”. O Cluster 2 é mais reticente no que diz respeito ao reconhecimento de que o turismo proporciona aumento de serviços para os residentes, embora concorde parcialmente, e discorda quanto às mudanças provocadas pelo turismo nas tradições e cultura. Diferenças, embora menos significativas, também se registam nos itens “Conhecer turistas é uma experiência valiosa”, “Turismo causa efeitos indesejáveis nos hábitos locais”, “Turismo causa qualidade de vida mais baixa” e “Turismo tem mais efeitos socioculturais positivos do que negativos”.

TABELA 3.4 DIFERENÇAS ENTRE PERCEÇÕES: IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

	Cluster 1	Cluster 2	Diferença
Conhecer turistas é uma experiência valiosa	1,54	2,25	-0,71
Turismo proporciona aumento serviços para residentes	2,05	3,06	-1,01
Turismo causa efeitos indesejáveis nos hábitos locais	3,75	4,46	-0,71
Turismo causa mudanças nas tradições e cultura	3,18	4,91	-1,73
Turismo causa qualidade de vida mais baixa	4,59	5,11	-0,52
Interação com turistas é uma experiência positiva	1,48	2,48	-1,00
Há interesse dos turistas na cultura local	1,84	2,32	-0,48
Turismo incentiva valorização tradições locais	2,05	2,54	-0,49
Turismo incentiva recuperação edifícios históricos	2,45	2,89	-0,44
Turismo causa problemas segurança criminalidade	4,29	4,34	-0,05
Cultura do destino mostrada modo autêntico	3,23	3,93	-0,70
Turismo tem mais efeitos socioculturais positivos do que negativos	1,94	2,76	-0,82

Fonte: Inquérito

No que diz respeito às percepções sobre os impactos ambientais (Tabela 3.5), a principal diferença entre o Cluster 1 e o Cluster 2 é evidenciado no item “Construção de estruturas turísticas destrói ambiente”. Diferenças pouco significativas entre os clusters verificam-se nos itens “Turismo causa problemas de excesso de visitantes” e “Turismo causa problemas de trânsito, barulho e poluição”.

TABELA 3.5 DIFERENÇAS ENTRE PERCEÇÕES: IMPACTOS AMBIENTAIS

	Cluster 1	Cluster 2	Diferença
Turismo tem mais efeitos ambientais positivos do que negativos	2,94	3,64	-0,70
Estruturas e negócios turísticos padrões mais altos de qualidade ambiental	4,34	3,69	0,65
Turismo causa problemas de excesso de visitantes	3,96	4,26	-0,30
Turismo causa problemas de trânsito, barulho e poluição	3,7	3,42	0,28
Construção de estruturas turísticas destrói ambiente	2,78	3,98	-1,20
Turismo proporciona incentivo conservação recursos naturais	2,46	3,02	-0,56

Fonte: Inquérito

Relativamente às percepções sobre as políticas de desenvolvimento do turismo (Tabela 3.6), no geral as diferenças de percepção entre os dois clusters são menores e pouco significativas revelando uma convergência de opiniões no que diz respeito a esta dimensão. Apenas nos

itens “Medidas para atenuar sazonalidade turística” e “Medidas para diminuir turismo época alta” podemos verificar alguma diferença, concordando parcialmente com o primeiro item e discordando parcialmente no segundo.

TABELA 3.6 DIFERENÇAS ENTRE PERCEÇÕES: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

	Cluster 1	Cluster 2	Diferença
Medidas proteção ambiental relativamente recursos naturais	1,6	1,84	-0,24
Incentivo desenvolvimento atrações culturais	1,9	1,93	-0,03
Incentivo desenvolvimento atrações naturais	2,03	2,02	0,01
Maior foco promoção e atração de turistas	1,85	2,2	-0,35
Incentivo desenvolvimento novos serviços	2,15	2,39	-0,24
Construção/melhoramento das infraestruturas	1,67	1,91	-0,24
Medidas para atenuar sazonalidade turística	2,98	2,46	0,52
Medidas para diminuir turismo época alta	4,83	4,00	0,83
Medidas para aumentar turismo época baixa	1,76	1,91	-0,15

Fonte: Inquérito

Sobre os impactos do desenvolvimento do turismo nas suas comunidades, como se mostrou no Capítulo 2, a literatura defende que, agrupando os residentes com base nas suas perceções e analisando as diferenças entre esses grupos (clusters), se obtêm informações mais significativas para os decisores em comparação com outras abordagens metodológicas mais preocupadas em medir perceções gerais dos residentes.

Relativamente ao presente estudo, devido ao tamanho da amostra (n=178), optamos por dividir em dois clusters, visto que a divisão em 3 ou mais grupos resultaria que alguns destes fossem constituídos por um número muito limitado de elementos, o que poderia por em causa a credibilidade da análise, mesmo tratando-se de um estudo exploratório como é o caso.

Destacaram-se, portanto, dois diferentes grupos ou clusters. O Cluster 1 caracteriza-se por ter uma maior percentagem de não ativos e reformados e, relativamente à dependência económica da Lagoa e da atividade turística revela também uma maior percentagem de residentes que dependem total ou parcialmente. Pela análise das perceções o Cluster 2 revela

que os elementos deste grupo tendem a ter uma atitude mais cética em relação ao turismo, não só em termos dos impactos económicos e ambientais mas sobretudo em termos socioculturais.

Comparando com a literatura sobre a tipologia dos residentes de acordo com as suas perceções relativas ao desenvolvimento turístico, podemos verificar algumas semelhanças entre os dois clusters identificados neste estudo e dois dos grupos identificados por Hang et al (2011). Assim o Cluster 1 mostra características do grupo “community economy-led”, isto é, apoiam ativamente o desenvolvimento do turismo especialmente no que diz respeito aos benefícios económicos, e o Cluster 2 do grupo “cautious proponent”, ou seja, apoiam o turismo mas preocupam-se com os custos sociais.

IV. Conclusões

Tem-se assistido a diversas mudanças no comportamento do consumidor, devido à evolução da própria sociedade. A forma como praticam turismo nos dias de hoje, já não é a mesma que há dois, cinco ou dez anos atrás, pois as motivações, necessidades e interesses são diferentes. Se outrora a prática mais frequente era o turismo de massas, atualmente a tendência recai sobre as práticas mais sustentáveis e amigas do ambiente, como é o caso do ecoturismo, turismo sustentável, turismo de natureza entre outros.

Face ao novo paradigma turístico, os mercados tiveram de se adaptar ao consumidor e como tal, proceder a alterações do lado da oferta para fazer face à procura. Consequentemente surgiram novas tipologias de turismo cujas preocupações passam pelos níveis de poluição, qualidade da paisagem, preservação dos ecossistemas etc. Assim, no caso do turismo sustentável é importante conciliar três dimensões designadamente a económica, a social e a ambiental.

Neste sentido, as entidades envolvidas (governamentais, estatais, mundiais e turísticas) têm recorrido a diversas ferramentas com o intuito de influenciar o comportamento do consumidor, para que este se preocupe em conservar e manter o meio ambiente, como é o caso da Declaração de Manila, o Relatório de Brundtland, a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e muitos mais. Pois sendo o turismo uma atividade dependente do ambiente é importante que seja planeado e gerido a longo prazo, para que não ponha em risco as condições ambientais das gerações futuras.

O turismo, tal como outros setores, provoca impactos positivos e negativos nos respetivos destinos recetores. Destacam-se a poluição (sonora, atmosférica, do solo e aquática), o limite da capacidade de carga, a utilização excessiva de recursos naturais e culturais, o aumento da criminalidade e da insegurança, como impactos negativos derivados da atividade turística. Embora esta também possa contribuir para a preservação, conservação e manutenção dos ecossistemas, o aumento da consciência ambiental, a preservação do património natural e cultural, a valorização das tradições locais, a criação de emprego, melhoria da qualidade de vida entre outros.

Para que os impactos positivos do turismo prevaleçam sempre sobre os negativos (sendo que estes devem ser reduzidos ao máximo), é necessário fazer um estudo profundo do destino, para conhecer as suas potencialidades, capacidades e características, limitações e áreas prioritárias a preservar e conservar.

A realização do presente trabalho, permitiu verificar (ao longo da literatura abordada), a falta de documentos e estudos realizados sobre sistemas lagunares costeiros, em particular sobre a zona oeste de Portugal. O que conseqüentemente se reflete na falta de conhecimento dos indivíduos sobre estes ecossistemas tão importantes, que apesar de lhes ser reconhecido elevado valor e importância ambiental e social, carecem de legislação que os proteja (em específico, adaptada às suas características) e de maior dedicação por parte das entidades competentes.

No que diz respeito à Lagoa de Óbidos, do ponto de vista pessoal, tem-se assistido a um descuido no que refere à poluição existente no local, pois aquando um passeio a pé ao longo das margens desta, facilmente se observa: plásticos, latas, papel e outros detritos que poderiam ser removidos pelos próprios indivíduos. Em jeito de curiosidade, existem diversas metodologias implementadas noutros países para combater os mesmos problemas, que têm revelado resultados positivos ao nível da conservação e preservação das lagoas, como é o caso do IAP, Important Areas for Ponds, cujo principal objetivo é “aumentar a consciencialização sobre as regiões geográficas que suportam lagoas de importância nacional ou internacional do ponto de vista da biodiversidade” (Freshwater habitats trust, sem data).

São inúmeras as potencialidades da lagoa em estudo, seja em termos culturais ou naturais, como é o caso do *birdwatching*, passeios pedestres, roteiros turísticos, realização de workshops ou voluntariados para sensibilização dos indivíduos e limpeza da área, construção de um centro de interpretação ambiental (que disponibilize informação detalhada sobre a fauna e flora existentes) e muito mais.

O objetivo geral do estudo teve que ver com a perceção dos residentes sobre os impactos positivos e/ou negativos do turismo na Lagoa de Óbidos e na implementação de medidas políticas a desenvolver na mesma, para garantir a sua conservação e manutenção. Os resultados demonstraram que os indivíduos com maior nível de formação académico estão mais sensibilizados e conscientes para os problemas que podem surgir com a atividade turística no local, assim como para as vantagens que esta pode trazer.

De acordo com a análise de clusters efetuada distinguem-se dois grupos diferenciados. O Cluster 1 tem uma maior percentagem de não ativos e reformados e os seus elementos são mais dependentes economicamente da Lagoa e da atividade turística. O Cluster 2 revela que os elementos deste grupo tendem a ter uma atitude mais descrente em relação ao turismo, não só em termos dos impactos económicos e ambientais mas sobretudo em termos socioculturais.

Dos dois grupos identificados, o Cluster 1 é semelhante ao grupo “community economy-led” e o Cluster 2 ao grupo “cautious proponent” tal como foram referidos por Hang *et al* (2011).

De uma forma geral, sabe-se que os inquiridos consideram que o turismo contribui para um aumento de investimentos e do nível de vida, assim como do número de serviços existentes. Contudo, os setores de atividade relacionados com o turismo não demonstram realizar as medidas necessárias para preservar e conservar o meio ambiente.

Apesar do interesse demonstrado pelos turistas na cultura e tradições locais, estas podem sofrer mudanças significativas, uma vez que se podem moldar às expectativas destes e consequentemente perder a sua autenticidade.

Face aos resultados apresentados no documento, sabe-se que a comunidade residente deve ser envolvida nos processos a vários níveis: tomadas de decisão, contributos pessoais e especialmente, participação em ações de sensibilização e formação ambientais, uma vez que esta foi a categoria que demonstrou maiores dúvidas.

Considera-se que o presente estudo poderá contribuir para futuras pesquisas sobre sistemas lagunares e a perceção dos residentes e nesse sentido, seguem-se alguns pontos, que consideramos limitações do presente trabalho:

- Considerar uma amostra maior para permitir a identificação de mais clusters com características e perceções diferenciadas.
- Reduzir os níveis de concordância da escala de Likert (para apenas 5 variáveis: concordo, concordo parcialmente, discordo parcialmente, discordo e sem opinião ou, dependendo do objetivo do estudo, para apenas 3: concordo, discordo, sem opinião) para facilitar a análise e compreensão dos resultados;

- Realizar o questionário em várias alturas do ano (para averiguar se a estação do ano influencia as respostas);
- Implementar os questionários a faixas etárias limitadas, para perceber se existe um padrão de evolução ou não. Ex.: 25 inquiridos com idades entre os 45-54, 25 dos 55-64 etc..
- Inquirir também os turistas e residentes estrangeiros (que são cada vez mais frequentes na zona da Foz do Arelho) -através de uma entrevista no idioma Inglês- para averiguar a sua sensibilidade para a presente temática;
- Inquirir as autoridades públicas reguladoras, com responsabilidades políticas e técnicas sobre a Lagoa de Óbidos e sua envolvente (no presente estudo estas entidades foram contactadas neste sentido mas sem sucesso).

Pretende-se ainda reforçar a importância do ensino e formação da população residente, sobre a relação entre o ambiente e o turismo, para que estes a curto prazo possam tomar medidas responsáveis e conscientes e, conseqüentemente passem esses valores para as gerações futuras.

A criação de um guia interpretativo (inserido num Centro de Interpretação da Lagoa de Óbidos) sobre a Lagoa de Óbidos, em pelo menos dois idiomas (português e inglês), também poderá contribuir para o conhecimento do ecossistema em questão (Rebelo *et al*, 2015). Assim como, também se considera importante dar seguimento à candidatura de classificação de “Área de Paisagem Protegida de Âmbito Regional da Lagoa de Óbidos”.

Finalmente, independentemente das mudanças que ocorrem no comportamento dos consumidores/ turistas, é importante as empresas e governos locais acompanharem essa evolução visando sempre uma perspectiva de longo prazo, sem prejudicar o ambiente e os recursos naturais e culturais do local.

V. Bibliografia

- Aguiló, E. e Rosselló, J. (2005). Host community perceptions: a cluster analysis. *Annals of Tourism Research*, 32 (4), 925 – 941.
- Andereck, K. e Vogt, C. (2000). The relationship between residents' attitudes toward tourism and tourism development options. *Journal of Travel Research*, 39 (1), 27–36.
- Andriotis, K., e Vaughan, R. (2003). Urban residents' attitudes toward tourism development: The case of Crete. *Current Issues in Tourism*, 42 (2), 172-185.
- Aves de Portugal (sem data). Lagoa de Óbidos. *Aves de Portugal*. Acedido Abril 11, 2015, em <http://www.avesdeportugal.info/sitlagoaobid.html>.
- Baptista, C. M. M. (2005). Faina na Lagoa – Os pescadores e mariscadores da Lagoa de Óbidos. Edição Leader Oeste.
- Batista, D. F. (2010). Turismo, contributo para o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas. Dissertação de mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental.
- Boix, D., Biggs, J., Céréghino, R., Hull, A. P., Kalettka, T., Oertli, B. (2012). Pond research and management in Europe: “Small is Beautiful”. *Hydrobiologia*, 689, 1 – 9.
- Brida, J., Disegna, M., Osti, L. (2011). Resident's perceptions of tourism impacts and attitudes towards tourism policies in a small mountain community. *Benchmarking: an International Journal*, 18 (3), 359-385.
- Brida, J., Osti, L., e Barquet, A. (2010). Segmenting residents' perceptions toward tourism - a cluster analysis with multinomial logit model of a mountain community. *International Journal of Tourism Research*, 12(5), 591-602.
- Buckley, R. (2011). Tourism and Environment. *Annual Review of Environment and Resources*, 36, 397 – 416.
- Buckley, R. (2012). Sustainable tourism: research and reality. *Annals of tourism research*, 39 (2), 528-546.
- Bujosa, A. e Rosselló, J. (2007). Modeling environmental attitudes toward tourism. *Tourism Management*, 28 (3), 688–695.
- Butler, R. W. (2000). Tourism and The environment: a geographical perspective. *Tourism Geographies*, 2 (3), 337 – 358.
- Câmara Municipal de Óbidos (2015). *Município de Óbidos – concelho, freguesias*. Portal Oficial. Acedido Março 6, 2015, em <http://www.cm-obidos.pt/>.
- Carvalho, M. J. (2009). Lagoa de Óbidos – um paraíso em vias de desaparecimento. *Naturlink*. Acedido Março 13, 2014, em http://naturlink.sapo.pt/Natureza-e-Ambiente/Sistemas-Aquaticos/content/Lagoa-de-obidos-um-paraiso-em-vias-de-desaparecimento?bl=1&viewall=true#Go_1
- Céréghino, R., Boix, D., Cauchie, H. M., Martens, K., Oertli, B. (2014). The ecological role of ponds in a changing world. *Hydrobiologia*, 723, 1 – 6.

Choi, H-S. C., e Sirakaya, E. (2005). Measuring residents' attitude towards sustainable tourism: Development of sustainable tourism attitude scale. *Journal of Travel Research*, 43 (4), 380-394.

Choi, H. C., Murray, L. (2010). Resident attitudes towards sustainable community tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 18 (4), 277-298.

Coelho, J. A. S. (2013). O planeamento estratégico no turismo. Estratégia de Desenvolvimento Turístico.

Comissão das Comunidades Europeias (2007). *Agenda para um turismo europeu Sustentável e Competitivo*. (621) final. Bruxelas 19/10/2007.

Concigraf – Publicidade e Meios de Comunicação, Lda. (Sem data). Descobrir o concelho Caldas da Rainha – Óbidos. Roteiro turístico – Guia das Atividades Económicas. 4ª Edição.

Cunha, L. (2003). *Perspectivas e Tendências do Turismo*. (2003). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Delgado, A. (2013). Turismo y sostenibilidad. Una propuesta metodológica para el estudio de la sostenibilidad turística a escala municipal. *Investigaciones Turísticas*, 5, 163-171.

Despacho nº 1040/ 2013 de 18 de Janeiro. *Diário da República*, 2.ª série — N.º 13. Ministério Da Agricultura, Do Mar, Do Ambiente E Do Ordenamento Do Território.

Diretiva 92/ 43/ CEE do Conselho de 21 de Maio de 1992 relativa à preservação dos habitats e da fauna e flora selvagens.

Diretiva 2000/ 60/ CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro de 2000 que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia.

Dyer, P., Gursoy, D., Sharma, B. and Carter, J. (2007). Structural modeling of resident perceptions of tourism and associated development on the Sunshine Coast, Australia. *Tourism Management*, 28 (2), 409–422.

European Pond Conservation Network EPCN (2014). Promoting awareness, understanding and conservation of ponds in a changing european landscape. *European Pond Conservation Network EPCN*. Acedido Março 5, 2014, em: <http://campus.hesge.ch/epcn/>

Ewald, N., Kalettka, T., Brendonck, L. (2012). Eyes of the landscape – value, conservation and management of European ponds. *Limnologia*, 42, 251 – 253.

Fernández, J. (2015). El turismo sostenible en España: análisis de los planes estratégicos de sostenibilidad en el ámbito local. Tese de Doutoramento, Departamento de Economia Aplicada, Universidade da Coruña.

Fredline, E., & Faulkner, B. (2000). Host community reactions: a cluster analysis. *Annals of Tourism Research*, 27 (3), 763-84.

Freitas, M. C. (1996). O que é uma Laguna Costeira?. *ReoCities*. Acedido Março 13, 2014, em <http://www.reocities.com/RainForest/vines/2640/lagunas.html>.

Freguesia Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa (2014). História de Óbidos. Acedido Abril 29, 2015, em http://www.jfsmariapedrosobral.pt/descobrir_historia.

Freshwater habitats trust (*sem data*). Important Areas for Ponds (IAPs). *Freshwater habitats*. Acedido Março 5, 2014 em <http://www.freshwaterhabitats.org.uk/projects/pond-hap/important-areas-ponds-iaps/>

Fundação Getúlio Vargas (1991). Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento: O Nosso Futuro Comum.

Getz, D. (1994). Residents' attitudes toward tourism: a longitudinal study in Spey Valley, Scotland. *Tourism Management*, 15, 247 – 258.

GIPP, Lda. – Gestão Integrada de Projectos e Planeamento (2010). *Revisão do Plano Diretor Municipal*. Câmara Municipal de Óbidos.

Guia da Cidade (*sem data*). Caldas da Rainha. Guia da Cidade. Acedido Abril 12, 2015, em <http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-caldas-da-rainha-17027>.

Gursoy, D., Jurowski, C. e Uysal, M. (2002). Resident attitudes: a structural modeling approach. *Annals of Tourism Research*, 29: 79–105.

Gursoy, D., Chi, C., e Dyer, P. (2009). An examination of locals' attitudes. *Annals of Tourism Research*, 36 (4), 723-726.

Gursoy, D., Chi, C. e Dyer, P. (2010). Local's attitudes toward mass and alternative tourism: The case of Sunshine Coast, Australia. *Journal of Travel Research*, 49(3), 381–394.

Hair, J.F; Black, W.C.; Babin, B.J.; Anderson, R.E. & Tatham, R.L. (2010). *Multivariate data analysis* (7th ed.). New Jersey: Pearson Education International.

Hang, G., Fang, W-T., & Huang, Y-W. (2011). Classification and influential factors on the perceived tourism impacts of community residents in nature-based China's Tiantangzhai scenic area. *Procedia Environmental Sciences*, 10(2011), 2010-2015.

Holladay, P. J., Powell, R. B. (2013). Resident perceptions of social-ecological resilience and the sustainability of community-based tourism development in the Commonwealth of Dominica. *Journal of Sustainable Tourism*, 21 (8), 1188-1211.

Hunt, C., Stronza, A. (2014). Stage-based tourism models and residents attitudes towards in an emerging destination in the developing world. *Journal of Tourism*, vol. 22, nº 2, 279-298.

Instituto Nacional de Estatística (2014). População residente (Nº) por local de residência (NUTS – 2002), sexo e grupo etário (por ciclos de vida); Anual. *Instituto Nacional de Estatística*. Acedido Abril 11, 2015, em <http://www.ine.pt>.

Lorés Domingo, C. (2011) *Turismo, desarrollo y medioambiente*. Escuela Turismo de Huesca.

Malhadas, M. S., Neves, R. J., Leitão, P. C., Silva, A. (2010). Influence of tide and waves on water renewal in Óbidos Lagoon, Portugal. *Ocean Dynamics*, vol. 60, 41 – 55.

Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Meadowcroft, J. (2000). Sustainable development: a new(ish) idea for a new century? *Political studies*, 48, 370-387.

Milagres, V. R., Souza, L. B. (2012). Obsevando la comunidade local y su involucramiento com el turismo – Un abordaje perceptivo sobre el paisaje del distrito Taquaruçu, Palmas – TO, Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 21, 1609-1629.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – Instituto da Água (*sem data*). Lagoa de Óbidos.

Mitchell, R & Reid, D. (2001). Community integration: Island tourism in Peru. *Annals of Tourism Research*, 28(1), 113-39.

Município de Caldas da Rainha (*sem data*). *Concelho das Caldas da Rainha*. Município das Caldas da Rainha. Acedido Março 6, 2015, em: http://www.cm-caldas-rainha.pt/portal/page/portal/PORTAL_MCR/JUNTAS.

Nicholas, L. N., Thapa, B., Ko, Y. J. (2009). Resident's perspectives of a world heritage site – The Pitons Management Area St. Lucia. *Annals of Tourism Research*, 36 (3), 390-412.

Óbidos (2015). Lagoa de Óbidos. Óbidos. Acedido Março 13, 2014, em <http://www.obidos.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=fec40e31-ae6e-4dcb-ba88-144739e7961e>

Oertli, B., Biggs, J., Céréghino, R., Grillas, P., Joly, P., Lachavanne, J. B. (2005). Conservation and monitoring of pond biodiversity: introduction. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 15, 535 – 540.

Oertli, B., Céréghino, R., Hull, A., Miracle, R. (2009). Pond conservation: from science to practice. *Hydrobiologia*, vol. 635, 1 – 9.

Oliveira, V. N. (2013). A componente Ambiental no Turismo. Gestão do Território.

OMT (1980). Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial. Conferência Mundial do Turismo.

OMT (1995). Carta do Turismo Sustentável.

OMT (1999). Código Mundial de Ética no Turismo. Princípios.

Onofre, M. (2000). Monitorização Ambiental da Lagoa de Óbidos: projeto MAMBO. Hidromar, Boletim Informativo do Instituto Hidrográfico, vol. 58, 2ª série.

Parreira, J. (1999). Lagoa de Óbidos – Património Ambiental.

Peterlin, M., Kontic, B., Kross, B. C. (2005). Public perception of environmental pressures within the Slovene coastal zone. *Ocean & Coastal Management*, vol. 48, 189-204.

Pulido, J. (1998) *Turismo y medio ambiente: Planteamientos para una reorientación medioambiental de la política turística española*, serie Documentos de Trabajo del Departamento de Economía Aplicada de la Universidad de Jaén. WP 0401/Nº 29. Jaén.

Rad, A. F., Aghajani, S. (2010). The Relationship between Tourism and Environment. *Irianian Journal of Tourism and Hospitality*, Vol. 1, nº 1.

Radulescu, C. V. (2011). Tourism and Environment: Towards a European Policy. *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology*, nº 5.

Rebelo, C. *et al* (2015). Tourism through the gaze of stakeholders: the case of Óbidos lagoon in Portugal. *Tourism Planning & Development*, 2015.

Rees, S. E. (1997). The historical and cultural importance of ponds and small lakes in Wales, UK. *Aquatic Conservation: marine and freshwater ecosystems*, 7, 133 – 139.

Ribeiro, M. A., Valle, P. O., Silva, J. A. (2013). Resident's attitudes towards Tourism Development in Cape Verde Islands. *Tourism Geographies*, 15 (4), 654-679.

Resolução do Conselho de Ministros nº 64 – A/ 2009. *Diário da República nº 151 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. Plano Regional de Ordenamento do Território – Oeste e Vale do Tejo.

Resolução do Conselho de Ministros nº 101/ 2002. *Diário da República nº138 – I Série*. Plano Diretor Municipal de Caldas da Rainha.

Roffé, A. (2010). Impactos da Atividade Turística. Amigos do turismo – Santarém um lugar de encontros um mosaico de experiências. Acedido Julho 2, 2015, em http://amigosdoturismo.blogspot.pt/2010/11/impactos-da-atividade-turistica.html#.VZUQW_IViko.

Sachs, W (1995). The Sustainability Debate in the Security Age, *Development*, (4), 26-31.

Santos *et al.* (sem data). Qualidade da Água da Lagoa de Óbidos: que futuro?.

Santos, S. *et al.* (2009). Turismo Sustentável e a sua Importância para o sector em Portugal. *Research*, Nº 5, 34.

(Sem nome). Regulamento do Plano Diretor Municipal de Óbidos. (Sem data).

Saufi, A., O'Brien, D., Wilkins, H. (2014). Inhibitors to host community participation in sustainable tourism development in developing countries. *Journal of Sustainable Tourism*, vol. 22, nº 5, 801-820.

Serra, J. B. (sem data). Apontamento histórico sobre a Lagoa de Óbidos: da agricultura e pesca ao turismo. Acedido Abril 11, 2015, em <http://www.cidadeimaginaria.org/inv/Lagoa.htm>.

Silva, M. S. (2008). A região de Óbidos na época Medieval: Estudos. PH-Estudos e Documentos.

Sinclair-Maragh, G., Gursoy, D. & Vieregge, M. (2015). Residents' perceptions toward tourism development: A Factor-Cluster Approach. *Journal of Destination Marketing & Management*, 4 (1), 36-45.

SFSoluções (2006). Santa Maria – Óbidos: Monumentos. Acedido Abril 29, 2015, em <http://www.santamaria-obidos.com/historia/monumentos.html>.

Singh, D. e Wright, A. (2011). Tourism and economic growth, the Jamaican experience. In I Boxil (2011), Caribbean tourism perceptions, economic development and air travel, *Centre for Tourism and Policy Research*, The University of the West Indies, (2011), 11-19.

Snyman, S. (2014). Assessment of the main factors impacting community members attitudes towards tourism and protected areas in six Southern African countries. *Koedoe*, 56 (2), 1139.

Stylidis, D., Biran, A., Sit, J., Szivas, E. M. (2014). Resident's support for tourism development: The role of residents place image and perceived tourism impacts. *Tourism Management*, 45, 260-274.

Tatoglu, E., Erdal, F., Ozgur, H., Azaki, S. (2000). Resident perceptions of the impact of tourism in a Turkish resort town. *Proceeding of the First International Joint Symposium on Business Administration (pp 745-755)*. Gokceada Canakkale, Turkey.

Teixeira, P. R. (2009). A visão da população de Mostardas e Tavares – RS sobre a contribuição do turismo no Parque Nacional da Lagoa do Peixe ao desenvolvimento local. Pós-graduação – Mestrado em Turismo.

Tiéga, A. (2008). Manifesto sobre las charcas. European Pond Conservation Network.

Tourism Sustainability Group (2007). Action for more Sustainable European Tourism. Report of the Tourism Sustainability Group, February 2007. http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/files/docs/tsg/tsg_final_report_en.pdf

Tsaur, S. H., Lin, Y. C., Lin, J. H. (2006). Evaluating ecotourism sustainability from the integrated perspective of resource, community and tourism. *Tourism Management*, 27, 640-653.

Umbelino, J. (2000). A Foz do Arelho na lenda e na história. Torres Vedras: Tripoeste, Ida.

United Nations World Commission on Environment and Development (1988). *Our Common Future (Brundtland Report)*, New York: UNWCED.

Vaughan, M. B., Ardoin, N. M. (2014). The implications of differing tourist/ residente perceptions for community based resource management: a Hawaiian coastal resource area study. *Journal of Sustainable Tourism*, 22 (1), 50-68.

Williams, J., & Lawson, R. (2001). Community issues and opinions of tourism. *Annals of Tourism Research*, 28(2), 269-290.

Yoon, Y., Gursoy, D., e Chen, J. (2001). Validating a tourism development theory with structural equation modeling. *Tourism Management*, 22 (4), 363–372.